

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**A REPRODUÇÃO CAMPONESA EM TRÊS SISTEMAS
AGRÁRIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

OLAVO JOSÉ GHEDINI

Florianópolis, novembro de 2013.
OLAVO JOSÉ GHEDINI

A REPRODUÇÃO CAMPONESA EM TRÊS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Oscar José Rover

FLORIANÓPOLIS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Ghedini, Olavo José,

A reprodução camponesa em três sistemas agrários na região
Oeste de Santa Catarina / Olavo José Ghedini – Florianópolis,
2013.

Orientador: Drº Oscar José Rover

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas – Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia:

1 Sistemas agrários. 2. Reprodução camponesa. 3.
Campesinidade. 4. Recampesinização.

TERMO DE APROVAÇÃO

OLAVO JOSÉ GHEDINI

A REPRODUÇÃO CAMPONESA EM TRÊS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Dissertação aprovada em 12/11/2013, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Profº Drº Oscar José Rover

Coordenador do PGA: Profº Drº. Clarilton E. D. Cardoso Ribas

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Oscar José Rover
Membro e presidente (UFSC)

Profº Dr. Rosana Badalotti
Membro (UNOCHAPECÓ)

Profº Dr. Valmir Strapasolas
Membro (UFSC)

Clarilton E. D. Cardoso Ribas
Membro (UFSC)

Florianópolis, dia, 12 de novembro de 2013.

*Dedico este trabalho a minha companheira
Eliz Regina e a nossa filha Dandara Sofia.*

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem agradeço, pois de alguma maneira contribuíram para a elaboração deste trabalho, aqui mencionarei apenas as que tiveram uma contribuição mais direta. Em primeiro lugar à companheira Eliz Regina, pela compreensão e trabalho realizado nos momentos de minha ausência;

À filha, Dandara Sofia, pela compreensão ao ficar distante de mim, apesar da pouca idade, existe maturidade, nesta pequena criatura;

Ao meu Orientador, Prof Dr Oscar José Rover, pela compreensão quanto às minhas dificuldades, agradeço de coração as contribuições teóricas, bem como aos esforços dedicados para esclarecer minhas não compreensões;

À amada irmã Cecília Maria Ghedini, pela orientação e leitura desta dissertação;

Ao Eliandro Comin, pela contribuição na pesquisa;

Às famílias pesquisadas, pelo tempo disposto e pelas informações fornecidas, sem eles não teria conseguido obter os resultados esperados;

Ao programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, pela oportunidade;

A todos os professores que acrescentaram na construção de conhecimento para minha formação.

Aos colegas pelos momentos de troca de conhecimento, pelas ajudas e pelos momentos de descontração.

Agradeço a todos e todas que de alguma maneira contribuíram para que eu chegasse ao final do curso.

RESUMO

GHEDINI, a reprodução camponesa em três sistemas agrários da região Oeste de Santa Catarina , Florianópolis 2013.

O objetivo deste estudo foi analisar as perspectivas de reprodução camponesa diante de um cenário de modernização e mercantilização da agricultura no Oeste de Santa Catarina, tendo como base a história de resistência construída na região e as estratégias de resistência adotadas pelos(as) camponeses/as. Identificamos famílias em diferentes estágios de modernização e mercantilização, suas possibilidades de permanência ou saída da agricultura, assim como possíveis ações e estratégias que utilizam para permanência. A investigação deu-se a partir de três sistemas agrários existentes na região: sistema agrário tradicional, convencional e agroecológico, identificando as características que cada um possui na relação com o ecossistema, com os meios técnicos, com os grupos humanos e com os fatores externos aos seus sistemas produtivos. Foram pesquisadas 61 famílias em seis municípios do Oeste catarinense, 21 delas do sistema agrário tradicional, 25 do convencional e 15 do agroecológico. Nas décadas de 1970 e 1980, a maioria dos camponeses/as da região deixa um modo de produção predominantemente tradicional, adotando métodos modernos, com forte mercantilização da agricultura. A partir das lutas sociais nesta região, se estabelece um novo sistema agrário, o agroecológico, resultado da organização camponesa na contestação do sistema convencional, ainda hoje hegemônico. Constatamos, através dos dados de campo, que o sistema agroecológico possui maior grau de campesinidade e presença de recampesinização. No sistema convencional encontramos rupturas com a cultura do campesinato tradicional com elevada mercantilização e dependência dos mercados externos. O Sistema agrário tradicional encontra-se numa condição intermediária entre os demais sistemas, com presença marcante da cultura camponesa.

Palavras-Chave: sistemas agrários; reprodução camponesa; campesinidade; recampesinização.

ABSTRACT

GHEDINI, Olavo José Reproduction peasant against a backdrop of modernization and commercialization of agriculture in West Santa Catarina, Florianópolis 2013.

The aim of this study was to analyze the prospects of peasant reproduction against a backdrop of modernization and commercialization of agriculture in western Santa Catarina, based on the history of resistance built in the region and the strategies of resistance adopted by (the) farmers / the . Identify families at different stages of modernization and commercialization, their chances of staying or leaving agriculture, as well as possible actions and strategies they use to stay. The investigation took place from three farming systems in the region: traditional agrarian system, conventional and agroecological, identifying the features that each one has in relation to the ecosystem, with the technical means to human groups and external factors their production systems. We surveyed 61 families in six counties in Western Santa Catarina, 21 of them from traditional agrarian system, 25 conventional and 15 of agroecology. In the 1970s and 1980s, most farmers / the region leaves a predominantly traditional mode of production by adopting modern methods, with strong commercialization of agriculture. From the social struggles in this region, establishes a new agrarian system, the agro-ecological result of peasant organization in the defense of the conventional system, still hegemonic. It is shown through the field data, the system has a higher degree of agroecological Peasantry and the presence of return of man to agriculture. Found in the conventional break with the culture of the traditional peasantry with high commercialization and dependence on external markets. The traditional system is in a condition intermediate between the other systems, with a strong presence of peasant culture.

Key-words : agrarian systems, reproduction against, peasantry, return of man to agriculture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Diversidade de espécies, variedades e raças que são cultivadas nos três sistemas agrários.....	79
Gráfico 2 - Diversidade das sementes interna e externas cultivadas na unidade familiar.....	81
Gráfico 3 - Insumos utilizados na produção agrícola na unidade familiar.....	83
Gráfico 4 - Emigração dos filhos/as para outros ambientes.....	84
Gráfico 5 - Percepção sobre tipo de educação formal que receberam ou recebem é adequada ao meio rural.....	85
Gráfico 6 - Origem dos conhecimentos utilizados.....	88
Gráfico 7 - Instituições que fomentaram a produção a partir do sistema de produção adotado, (Tradicional, convencional, ecológico).....	89
Gráfico 8 - Satisfação com o tamanho da área de cada unidade familiar.....	93
Gráfico 9 - Período em anos que a unidade familiar pratica agricultura no sistema agrário agroecológico, tradicional e convencional	94
Gráfico 10 - Satisfação com os resultados econômicos no sistema agrário praticado	95
Gráfico 11 - Satisfação com os resultados ambientais no sistema agrário praticado.....	96
Gráfico 12 - Satisfação com os resultados sociais no sistema agrário praticado.....	97
Gráfico 13 - Principais elementos que levaram as filhos/as a sair de casa	98
Gráfico 14 – Percepção sobre o futuro dos filhos	99
Gráfico 15 – Organizações que a unidade familiar participa.....	100
Gráfico 16 – Instituições mais importantes para a unidade familiar	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos diferentes sistemas agrários a partir da revisão teórica.....	52
Tabela 2 – Caracterização dos diferentes sistemas agrários da região Oeste de Santa Catarina	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fertilizantes utilizados mundialmente no período de 1960 a 2010.....	46
Figura 2 - Produção mundial de grãos por tonelada de fertilizantes utilizados, período de 1960 a 2010.....	47

LISTA DE SIGLAS

ACARESC - Associação Catarinense de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina

AS-PTA - Assessoria e Serviços em Projetos em Agricultura Alternativa

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EBAAS - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

EUA - Estados Unidos da América

FASE - Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação;

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento, Pesquisa e Educação da Região Ceieiro

JAC - Juventude Agrária Católica

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Sem Terra

ONGs - Organizações não Governamentais

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TA - Rede de Tecnologias Alternativas

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
LISTA DE GRÁFICOS	09
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE SIGLAS	12
SUMÁRIO	14
CAPÍTULO - 1 INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 2 - A CULTURA CAMPONESA E A TEORIA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS	22
2.1. A CULTURA CAMPONESA TRADICIONAL	22
2.2. A MODERNIZAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA	26
2.3. RUPTURAS E CONTINUIDADES DA CULTURA CAMPONESA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO	29
2.4. A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA SEGMENTAÇÃO EM TRÊS SISTEMAS AGRÁRIOS	37
2.4.1. Sistema agrário tradicional	39
2.4.2. Sistema agrário convencional	42
2.4.3. Sistema agrário agroecológico	48
CAPÍTULO 3 – CAMPONESES NO OESTE DE SANTA CATARINA	54
3.1. Breve histórico do Oeste de Santa Catarina	54

3.2. Modernização e mercantilização	58
3.3. A luta política e o nascimento do sistema agrário agroecológico	60
3.4. O convívio atual dos 3 sistemas agrários distintos na Região Oeste	65
3.4.1. Sistema de agrário tradicional	65
3.4.2. Sistema agrário convencional	67
3.4.3. Sistema agrário agroecológico	68
CAPÍTULO – 4 MATERIAIS E MÉTODOS	73
4.2. Local de estudo	74
4.3. População e amostra do estudo	74
4.4. Instrumentos de estudo	75
5.2. Autonomia e relação com os fatores externos	82
5.3. Organização dos processos produtivos	91
CONCLUSÕES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXO	112

CAPÍTULO - 1 INTRODUÇÃO

Considerar a subjetividade, desde uma objetividade concreta de modo de vida, trabalho e estudo onde se produz e reproduz inúmeras possibilidades, é o que pretendemos fazer ao iniciar este trabalho que tem, além de uma implicância direta com o cumprimento de um compromisso acadêmico, também um sentido de vida e horizontes que nos produzem no processo de trabalho social e militância, implicados com os camponeses de uma região onde, originalmente, este grupo social teve um protagonismo que marca a trajetória e as formas sócio-econômico-produtivas.

Com raízes nos valores, costumes e tradições dos imigrantes italianos que, sempre em busca da consolidação de um projeto viável para sua reprodução, lutaram migrando internamente nos três estados do sul, tive a oportunidade de participar desde cedo na minha formação pessoal e profissional num dos espaços dos movimentos sociais do campo, a Fundep - Fundação de Desenvolvimento, Pesquisa e Educação da Região Ceileiro, construí e reafirmei os aprendizados recebidos da família, qualificando-os e aprofundando-os e, ao meso tempo, ampliei meus horizontes o que nos permitiu uma inserção na luta e no trabalho junto às organizações e movimentos dos camponeses no espaço local e regional. Dentre estes espaços destaco o trabalho no STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste) prefeitura municipal do município de Novo Horizonte no fomento a produção ecológica, organização de associações e cooperativas. Atuei partido/legislativo por um mandato como vereador e atualmente me encontro na condição de Presidente da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar – ASCOOPER.

Tive a oportunidade de fazer o curso superior em bacharelado e licenciatura em Sociologia na UNIJUÍ – RS, o que me conferiu um olhar mais amplo da sociedade e a oportunidade de compreender o campesinato como um grupo social com especificidades, dentre as quais me dediquei a estudar aspectos como suas tradições, costumes, saberes e conhecimentos referentes ao modo de vida, principalmente referidos à produção e

reprodução de suas vidas. Este enfoque de estudo, o trabalho e a militância fez com que nascesse a necessidade de rever esta perspectiva desde outro enfoque que apresento neste trabalho dissertativo relativo à conclusão dos estudos de pós-graduação strictu-senso.

A prática de pesquisador a campo e por estar na condição de camponês e pesquisador, levou a perceber que se faz necessário aprofundar as pesquisas relacionando a dificuldade da reprodução camponesa aos fatores externos que cada vez mais tem poder de definir os rumos da organização interna dos sistemas agrários de produção. Desafiamo-nos a refletir sobre o papel do camponês/a, seu modo de vida, sua reprodução e o grau de campesinidade presente dentro dos sistemas agrários de produção tradicional, convencional e agroecológico.

Esta dissertação visa analisar diferentes condições de reprodução camponesa na região Oeste de Santa Catarina, tendo como eixo orientador: verificar a possibilidade de resistência e reprodução camponesa diante de um processo de “modernização” e mercantilização dependente de tecnologias de mercado a partir da segmentação dos sistemas agrários existentes na região.

O estudo partiu do pressuposto: que especificidades de disposição e relação entre ecossistemas, grupos humanos, meios de produção e fatores externos podem produzir historicamente, diferentes modos de produção. Ao modo de produzir, adotado de maneira difusa por vários e diferentes sistemas de produção, estamos denominando de sistema agrário. Seguimos pistas propostas por Mazoyer e Roudart (2008), que apontam que um sistema agrário se refere a um modo de produção historicamente constituído, no qual um conjunto importante de sistemas de produção adota características e procedimentos semelhantes quanto ao uso dos ecossistemas e dos meios técnicos, quanto à organização dos grupos humanos e quanto à relação com os fatores externos. A partir desta abordagem, identificamos três diferentes sistemas agrários que predominam na região Oeste de SC: tradicional, convencional e agroecológico.

No intuito de analisar a reprodução camponesa, diagnosticamos diferentes estágios de modernização e mercantilização da agricultura, assim como diferentes estratégias de reprodução adotadas pelos camponeses/as pertencentes aos 03 diferentes sistemas agrários.

Distinguindo estes 03 diferentes sistemas agrários, ponderamos suas distintas alternativas e contribuição para permanência dos (as) camponeses/as no campo.

Ao analisar a trajetória do campesinato no Brasil e no Oeste de Santa Catarina, identificamos que esta categoria socioproductiva, sofre modificações de forma bastante profunda a partir da década de 1960 e 1970, provocadas por fatores externos a cada unidade familiar (WANDERLEY, 2004). A “modernização da agricultura” caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias mercantilizadas como adubos, sementes modificadas, agrotóxicos e maquinários, propiciou alterações na organização da estrutura familiar camponesa. Este período de mudança produtiva levou milhares de camponeses/as a abandonar o campo e migrar para o meio urbano, dificultando sua permanência e reprodução nos ambientes tradicionais. Muitos migraram numa perspectiva de complementação de renda, mantendo o vínculo com a unidade familiar, outros numa perspectiva de reprodução familiar no meio urbano.

Para os que permaneceram nos territórios rurais, houve uma pressão de fatores externos às unidades familiares, para que superassem seu estágio artesanal/tradicional de produção que lhes dava autonomia no processo produtivo e nas tecnologias usadas, para uma produção agroindustrial induzida a partir de tecnologias mercantilizadas. Isto foi implementado através de políticas de subsídio com crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pesquisa, infraestrutura para armazenagem, logística de transportes e outros (GRAZIANO SILVA, 1999), processo que prossegue até hoje na região, assim como no país.

O deslocamento de um modo de produção tradicional para outro “moderno” (hoje convencional), consistiu em mudar o comportamento tradicional visando uma nova conduta, conforme as exigências do progresso técnico. Neste sentido, seria necessário mudar o saber, o pensar e o modo de fazer tradicional, superando formas autônomas de produzir e viver dos (as) camponeses/as tradicionais (PLOEG, 2006).

A modernização da agricultura introduz, um novo modo de produção e, portanto, um novo sistema agrário na região Oeste de Santa Catarina. Até a década de 1960, o sistema agrário dominante na região é o que denominamos de tradicional, sendo que já na década de 1980, podemos afirmar que um sistema agrário modernizado e mercantilizado

passa a ser dominante (ROVER, 2012), configurando o que denominamos de sistema agrário convencional.

Neste contexto, os (as) camponeses/as se tornaram vulneráveis quanto à sua reprodução e manutenção do equilíbrio socioprodutivo no que se refere à fertilidade do sistema, transferência e construção de saberes com manutenção da cultura para as gerações mais novas, manutenção da biodiversidade, reciprocidade nas relações sociais comunitárias para a sua permanência naqueles ambientes tradicionais (WANDERLEY, 1996). Diante destas conseqüências e problemas, as organizações sociais passaram a denunciar o modelo que se tornou hegemônico, nascendo propostas de desenvolver sistemas de produção que agregassem características do sistema agrário tradicional e incluíssem novas tecnologias, porém menos agressivas aos ecossistemas, além de socialmente menos excludentes e culturalmente mais adaptadas. Desta forma, a partir da década de 1980, verificamos a construção de um novo modo de produção, ao qual denominamos de sistema agrário agroecológico. Sua presença no Oeste Catarinense está evidentemente marcada como um movimento contra hegemônico ao sistema agrário convencional.

Identificamos, atualmente, três modos de produção distintos na região (tradicional, convencional e agroecológico). Estes podem ser percebidos em outros contextos territoriais onde predomina a agricultura de base familiar. O sistema agrário convencional corresponde à maioria das unidades familiares, as quais trabalham com grau elevado de dependência do capital agroindustrial, provocado principalmente pelo modelo de desenvolvimento agrícola de integração vertical, com grandes aportes de insumos externos. O sistema agrário tradicional corresponde a um modo de produção que mantém as tradições produtivas transmitidas de geração em geração, incorporando tecnologias externas e mesclando-as com práticas tradicionais, possuindo uma relação mais próxima com a natureza e com as dinâmicas comunitárias. O sistema agrário agroecológico, por sua vez, é um modo de produção que tem se organizado nas últimas décadas, fomentado principalmente por Movimentos Sociais que buscam práticas agrícolas, as quais mesclam saberes tradicionais com manejos sustentáveis modernos, validados por pesquisas científicas e por acúmulo de conhecimento empírico, buscando

uma autonomia camponesa no contexto de mercantilização e modernização da agricultura.

A partir da identificação e análise dos sistemas agrários tradicional, convencional e agroecológico, esta pesquisa procurou demonstrar rupturas e continuidades da cultura camponesa num cenário de modernização e mercantilização da agricultura. Para tanto adotamos o conceito de recampesinização proposto por Ploeg (2006), para quem, recampesinização é uma expressão moderna de luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência, (PLOEG, 2006, p. 23.). O autor enfatiza ainda como um elemento da transição agroecológica mais evidente, sendo a busca pelos atores da ampliação da autonomia camponesa e a conseqüente redução da influência externa nos sistemas de produção. Esse processo pode ser entendido como ligado ao conceito de recampesinização (PLOEG, 2006).

Para dar conta dos objetivos e análises propostas, esta dissertação está organizada, além desta introdução, em mais 4 capítulos. No capítulo 2 tratamos sobre a cultura do campesinato tradicional, como se reproduziu nos ambientes diversos, gerado por um horizonte indefinido de reprodução camponesa. Buscamos ainda compreender como se deu o processo de modernização e mercantilização da agricultura camponesa a partir do surgimento e desenvolvimento do sistema agrário convencional. Identificamos as rupturas e continuidades da cultura camponesa no contexto de mercantilização e modernização e como estas rupturas influenciaram na organização do modo de produção camponês tornando-os dependentes dos fatores externos conseqüentemente perdendo sua autonomia. Desenvolvemos o debate sobre as relações das condições para a reprodução camponesa no contexto contemporâneo a partir da segmentação em três sistemas agrários. Identificamos as características de cada sistema a partir de como se organizam os ecossistemas, meios técnicos, grupos humanos e fatores externos. Buscando relacionar a presença da recampesinização, a reprodução, a mercantilização e a modernização em cada sistema agrário.

No capítulo 3 discorreremos sobre a região Oeste Catarinense desde as ocupações por povos tradicionais até o processo de colonização, demonstrando como se deu a entrada da modernização e mercantilização na região diante da instalação de agroindústrias. Neste mesmo capítulo

tratamos da origem do sistema agrário agroecológico a partir do movimento de resistência camponesa e a presença da recampesinização. Nesta mesma direção demonstramos como convivem os três sistemas agrários na atualidade, num processo em que camponeses buscam sua reprodução, porém sempre interpelados pelas exigências de modernização e mercantilização. Demonstramos para as especificidades da região Oeste de SC, as características de cada sistema a partir do ecossistema, meios técnicos, grupos humanos e relações sociais e meios externos.

No capítulo 4 descrevemos sobre os materiais e métodos utilizados no estudo, o tipo de estudo que parte do pressuposto teórico-filosófico do materialismo histórico dialético e, por isso, compreende que a base material estabelecida nas relações sociais é fruto do desenvolvimento histórico, movido no processo dialético resultante da relação entre o ser humano e a natureza. Demonstramos como foi definida a amostra de estudo, os critérios para as entrevistas e para as análises realizadas.

No Capítulo 5 nos propomos a identificar as rupturas e continuidades na cultura camponesa da Região diante da pesquisa realizada. Para dar conta dessa análise usamos, de acordo com os dados de campo, gráficos que evidenciam as diferentes interações dos modos de produção camponês com os ecossistemas, com os meios técnicos, com os grupos humanos e suas relações com os fatores externos aos sistemas de produção.

Concluimos o trabalho demonstrando existir, diferentes estratégias de reprodução da cultura camponesa a partir dos sistemas de produção adotados nas unidades familiares. Identificamos diferentes estágios de recampesinização presentes nos diferentes sistemas agrários, com níveis de mercantilização e modernização mais acentuados distintamente.

CAPÍTULO 2 - A CULTURA CAMPONESA E A TEORIA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

2.1. A CULTURA CAMPONESA TRADICIONAL

O termo camponês no Brasil é considerado recente por alguns autores, pois é a partir dos anos 1950 que se inclui o mesmo no vocabulário da luta, dos movimentos de esquerda da América Latina, momento histórico em que os camponeses passaram a ser vistos como um grupo sociopolítico. Neste contexto, segundo Mendras (1984), o termo camponeses teve origem em uma categoria política e não científica. No caso do Brasil, o termo camponesinato é abolido por um período durante o Golpe de Estado em 1964, dando fim as primeiras organizações dos (as) camponeses/as, principalmente as Ligas Camponesas.

Wanderley (1996), postula que o camponesinato no Brasil continua importante, sobretudo no Nordeste, inclusive no âmbito da modernização de uma agricultura de tipo familiar. Para a autora, este camponesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar, constituída por modalidades específicas de produzir e viver em sociedade. Com base nos estudos de Mendras (1976), a autora afirma que os (as) camponeses(as) são portadores de características definidoras de uma cultura própria, pois possuem cinco características portadoras de especificidades culturais:

Uma relativa autonomia em relação à sociedade global; a importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico; um sistema econômico diversificado, parte autônomo e parte integrado a mercados diversificados; relações de interconhecimento e a função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global (WANDERLEY, 1996, p. 03).

Tais características identificadas pela autora a partir dos estudos de Mendras (1976), dão conta de identificar os camponeses/as como portadores de uma autonomia cultural, que se reproduz de acordo com as

gerações passadas nos diferentes modos de produção camponesa. Esta reprodução camponesa nos mais diversos modos de produção é identificada também por Ploeg (2006), como condição camponesa, a qual este autor define, através de seis características, ou seja:

Uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado a reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade (PLOEG, 2006, p. 24).

As relações estabelecidas a partir da condição camponesa, da forma como é abordada pelo autor, permite aos camponeses e às camponesas, mesmos estando inseridos em mercados capitalistas; manter um elevado grau de autonomia. Esta autonomia se desenvolve a partir de um acúmulo cultural que lhes dá condições de se firmarem como uma civilização ou como uma cultura camponesa.

É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. (WANDERLEY, 2004, p. 44 - 45).

Diante desta citação, entendemos que cultura camponesa é um dos componentes fundamentais da dimensão social que o camponês possui, pois é através da cultura que se acumulam e se reproduzem todos os saberes referentes ao ecossistema em que se inserem, aos meios

técnicos utilizados, às relações sociais familiares e comunitárias estabelecidas e às relações com outros fatores externos, estes também fazendo parte do modo de vida camponês.

(...) o campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p.02).

A autora ainda afirma que, esta tradição permitiu aos camponeses e às camponesas travar lutas sociais, por direitos políticos negados pelo Estado na priorização das políticas públicas. No Brasil estas lutas demonstraram maior relevância em alguns períodos da história, porém são travadas até os dias atuais. Luta-se por espaço e autonomia tendo como maior pauta de reivindicação, questões com relação à modernização e mercantilização da agricultura atual, que os pressiona impondo uma cultura propícia à dependência dos fatores externos. Os camponeses/as na atualidade concretizam a luta política, através da organização de associações camponesas, cooperativas, movimentos sociais, participação em espaços de gestão e deliberação como fóruns, conselhos, ONGs, elaboração de políticas públicas e ocupação de cargos públicos, lhes servindo como instrumentos para fazer a luta política.

Na atualidade a luta dos camponeses/as, acaba por tomar outros contornos, em função da disputa de hegemonia que se trava de modo global, a qual ameaça seu modo de vida, sua cultura. Diversos estudos se ocupam destas questões, bem como inúmeras ações estão se desenvolvendo ao lado destas lutas. Carvalho (2013), destaca que estas pressões dos fatores externos, acabam sendo superiores à cultura de resistência camponesa, na medida em que:

As pressões negativas econômicas, políticas, ideológicas e culturais que vivenciam os camponeses na sociedade capitalista são muito mais decisivas no processo da sua reprodução social do que aqueles incentivos e proposições que contribuem para a afirmação camponesa e

para a construção da sua autonomia relativa perante o capital (CARVALHO, 2013, p.13).

Para Carvalho (2013), no momento que estas pressões atuam sobre os camponeses/as, acabam contribuindo para a construção de novos valores que refletem no abandono da cultura tradicional, assim estes camponeses/as se artificializam diante da dominação do capital agroindustrial, tanto na produção quanto na comercialização. Deixam de participar diretamente nas decisões sobre o que e quando devem efetuar plantios e conseqüentemente na comercialização desses produtos. Assim, com o processo de mercantilização e modernização da agricultura, ficam dependentes de crédito subsidiado no qual se reflete diretamente a priorização de políticas que privilegiam o agronegócio. Esta liberação de crédito beneficia o uso de tecnologias inadequadas ao seu modo de produzir como as sementes transgênicas, levando ao abandono da utilização e melhoramento das suas sementes crioulas ou varietais. Pressionados por esta lógica, contribuem para a erosão genética, aquisição de insumos em mercados externos, eliminando-se gradativamente a oferta interna dos recursos ligados ao ecossistema e aos meios técnicos necessários para a produção.

A partir da perda da cultura de reprodução das práticas tradicionais, os (as) camponeses/as tendem a efetuar plantios de monocultivos, reduzindo drasticamente a diversidade de fontes de renda, mudam a sua relação com a natureza que, ao invés de ser harmoniosa passa a ser uma relação de expropriação dos recursos por ela ofertados, adotando tecnologias e modos de produzir do capital. Ainda, segundo Carvalho (2013), no momento em que o camponês reduz sua diversidade de cultivos e criações, passa de produtor de alimentos para produtor de matérias primas e, torna-se dependente da compra do alimento para o seu próprio consumo.

Essa relação de mudanças de hábitos no modo de vida camponês reflete diretamente na organização social e no desenvolvimento sustentável do campo. Segundo Ploeg (2006), a agricultura camponesa é importante e indispensável na sua contribuição para a produção de alimentos, para a geração de emprego e renda, e para a sustentabilidade e o desenvolvimento de um país. Neste sentido, a partir das reflexões expostas constata-se que a cultura camponesa vem sofrendo alterações

promovidas por agentes externos, que de tal forma a partir da introdução de tecnologias que os/(as) camponeses/as não dominam, alteram também todo o seu modo de produção a partir das relações ali estabelecidas.

2.2. A MODERNIZAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA

A modernização e mercantilização tecnológica da agricultura, segundo Silva (1999), ocasionaram grandes transformações a partir da década de 1960 no Brasil, sendo que esta dinâmica não pode ser apreendida somente a partir de mecanismos internos da atividade agrícola, e nem somente do segmento interno *versus* externo. Este novo quadro de desenvolvimento da agricultura significou a integração de capitais e a centralização de capitais industriais, bancários e agrários.

A modernização provocou enormes mudanças no padrão tecnológico na agricultura nos últimos 50 anos, por meio de uma articulação entre a pesquisa, extensão e crédito rural, desenvolveram-se pesquisas que colocaram como fator principal somente a produtividade máxima possível, sem considerar as externalidades que o modelo proporcionaria em relação às questões socioambientais.

Desta forma, no Brasil, a modernização da agricultura, segundo Silva (1999), é uma modernização conservadora, pois acarretou dependência da agricultura na aquisição de insumos externos, tendo como consequências a não capacidade de produzir produtos intermediários para seu consumo. Para que a modernização acontecesse, ela precisava importar elementos, para sua nova fase técnica, restringindo-se em sua capacidade de importação. A porta de entrada para a modernização da agricultura brasileira foi o estado de São Paulo, que sediou as primeiras empresas ligadas ao setor agroindustrial, pela diversidade regional que ali se apresentava, assim desenvolveu-se a primeira experiência de estruturação de um projeto na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil. Outra característica conservadora, a modernização da agricultura brasileira, é seu caráter parcial e seletivo, não atingindo todas as fases dos ciclos produtivos dos principais produtos agrícolas, contemplando, portanto, apenas alguns segmentos da sociedade (SILVA, 1999).

Segundo Muller (2001), o cenário político e socioeconômico particular em que ocorreu a modernização da agricultura, pressupõem dois fatores:

O primeiro refere-se ao momento político em questão, já que as tensões sociais no campo estavam em efervescência, exigindo um amplo programa de Reforma Agrária do então governo militar, ameaçando os interesses da oligarquia rural. O outro diz respeito à junção de forças dos capitais urbanos e do próprio governo na consolidação do modelo de desenvolvimento baseado essencialmente no fortalecimento da industrialização do país, via substituição de importações. Ao mesmo tempo, havia a intenção do governo de transformar o Brasil num "grande celeiro", obtendo assim, a auto-suficiência alimentar, além de consolidar o país como grande exportador de matérias-primas agrícolas. (MÜLLER, 2001, p.11).

Conforme Silva (1999), o governo brasileiro, apoiado por interesses externos, no momento se colocando como importador de tecnologias e exportador de matérias-primas tornou-se um dos países difusores deste modelo tecnológico, o qual era extremamente vantajoso para o capital internacional. A introdução do "pacote", através da indústria internacional, contribuiu para que a modernização da agricultura fosse a mola propulsora para a rápida expansão do parque industrial recém instalado no país. A intervenção estatal no meio rural privilegiou a tecnificação, em detrimento da alteração na estrutura agrária concentrada.

O autor ainda nos diz que a modernização contou com apoio estatal do Governo Federal, que para viabilizar este projeto disponibilizou significativo montante de crédito, fazendo uso de empréstimos internacionais. Através do endividamento da estrutura pública, gerou dependência cada vez mais crescente do capital externo, automaticamente a produção ficou pautada pela demanda de exportações. Quando houvesse falta de produtos, os países internacionais buscavam a exportação do

Brasil, quando autossuficientes, cortavam as exportações e os camponeses/as perdiam pelos baixos preços aqui praticados.

Segundo Muller (2001), várias medidas foram utilizadas com o intuito de canalizar o crédito para a aquisição de insumos modernos, sendo que duas se destacaram. A principal delas foi o seu caráter subsidiário e o volume ofertado de crédito. Assim, foi criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural, praticando subsídios agrícolas, e multiplicando o montante de recursos disponíveis num ritmo muito maior que a produção. Outra medida foi o condicionamento da liberação do crédito aos camponeses/as, para adquirir produtos que faziam parte do pacote tecnológico, como sementes, adubos, venenos e maquinários. O camponês era obrigado a gastar 15% do orçamento do projeto nestas aquisições. A agricultura passou a desempenhar outra função, além daquela produtiva autossuficiente, agora é consumidora de insumos modernos ao absorver a produção industrial.

Constituiu-se, segundo Silva (1999), em uma fonte regular de fornecimento de matérias-primas e mão de obra barata, provocando enorme êxodo rural para o meio urbano, com objetivo de impulsionar o capital industrial. A produção em massa de matéria prima através da tecnificação da agricultura cumpria a função de baratear os custos da alimentação, subsidiada com mão de obra barata, de camponeses/as para os operário/as urbanos. Os alimentos passaram a ser mais baratos, pelo excesso de oferta, não sendo necessários altos salários para que os trabalhadores/as urbanos pudessem adquiri-los. Segundo Silva (1999), a intensa modernização da agricultura, a partir da década de 1970, foi a principal responsável pelo êxodo rural brasileiro. Tendo grande oferta de emprego na cidade, passando a constituir uma das raízes de inchação das periferias, onde num curto espaço de tempo começou a aparecer o subemprego.

Silva (1999) ressalta que o êxodo foi mais intenso, inicialmente não somente nas regiões mais pobres, como o Nordeste; mas também no Sudeste, principalmente em São Paulo, pelo processo de capitalização e mecanização do campo que gerava liberação de mão de obra, razão pela qual também se intensifica a introdução da modernização agrícola.

2.3. RUPTURAS E CONTINUIDADES DA CULTURA CAMPONESA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO

Ao analisarmos as rupturas e continuidade da cultura camponesa num contexto de mercantilização e modernização, logo nos questionamos sobre os camponeses/as que se inseriram nos mercados, até onde estes camponeses ainda possuem cultura do campesinato tradicional? Wanderley (2003), nos questiona se, ao iniciar a inserção dos camponeses/as em mercados modernos, passa a surgir um novo personagem gestado pela própria ação do Estado? Ela ainda faz alguns questionamentos sobre o que muda ou não, nos traços característicos do campesinato tradicional, dizendo:

No primeiro caso, deve-se perguntar: a inserção desses camponeses na sociedade moderna não termina por provocar mudanças significativas nos traços característicos do campesinato tradicional? O que muda? No segundo caso – os agricultores que se formam a partir dos estímulos das políticas públicas – não se corre o risco de desconhecer e negar sua própria história? Não seria esta uma história camponesa? (WANDERLEY, 2004, p.44).

A partir destes questionamentos a autora, afirma que é possível entender o campesinato a partir de duas dimensões distintas, mas que se complementam. O campesinato se constitui através de uma civilização ou uma cultura, mencionada nos escritos de Mendras sobre a civilização camponesa,

(...) cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que se ocorrer qualquer mudança introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social

(MENDRAS, 1984, apud, WANDERLEY 2004, P.44).

Segundo esta autora, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de organizar a produção. Para ela, as sociedades camponesas não são isoladas do conjunto da sociedade, possuem laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis e, sobre a inserção dos camponeses/as aos novos mercados diz:

(...) o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela (WANDERLEY 2004, p.45).

A autora nos diz que os camponeses/as sempre estiveram integrados/as nas sociedades, por isso a mudança na sua cultura, no caso do camponês tradicional, e a introdução de novas tecnologias de produção, como citado anteriormente, afeta todas as dimensões do desenvolvimento humano.

Mendras (1984, apud, Wanderley, 2003), mostra que, com a entrada das sementes híbridas de empresas americanas na França, alterou-se tanto a forma de produzir quanto o processo de organização política e cultural dos camponeses/as franceses. Não sendo diferente de outros países e locais, a intervenção de técnicas e tecnologias do mercado agroindustrial, provocou e ainda provoca, mudanças no modo de vida camponês, alterando o grau de campesinidade existente (PLOEG, 2006).

Para Mendras (1984, apud, Wanderley, 2003), o camponês tradicional deixa de ser seu próprio mestre, ele passa a necessitar de um mestre de fora, que venha a orientá-lo sobre o que fazer. Este mestre, normalmente, é um sujeito do mercado, representante da ATER ou a própria comercialização de insumos e maquinários. A modernização sem o rompimento na totalidade da cultura tradicional, e com inserção em

partes às tecnologias de mercado, é chamada segundo Mendras de “modernização tradicional”. Para ele, mesmo uma parcela dos camponeses/as que aderem ao uso das tecnologias de mercado com dificuldade de assimilar as mudanças introduzidas, acabam modificando toda estrutura tradicional de organização camponesa.

Segundo Wanderley (2004), existem diferentes interpretações por parte de teóricos que teorizam sobre a agricultura tradicional:

(...) o campesinato tradicional é considerado por uns numa perspectiva evolutiva. Isto é, sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade. As análises que são elaboradas sob tal perspectiva dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) e de agricultor (moderno) (WANDERLEY, 2004, p.47).

Segundo a autora, outros estudiosos centram seu olhar sobre a dinâmica interna, que orienta o funcionamento da unidade familiar, estes denominados como clássicos do campesinato, tendem a atribuir um maior peso aos processos que representam uma continuidade entre o agricultor e o camponês. Estes entendem que mesmo o camponês aderindo às ofertas do mercado moderno, no processo de modernização e mercantilização da agricultura, mantém traços do campesinato, não aderindo na totalidade, mas mantendo certa autonomia.

Para Wanderley, (2004), mais que a passagem do camponês tradicional para agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais, devendo ser esvaziada qualquer análise de decomposição do campesinato. Segundo a autora, ao citar Jollivet, sobre a continuidade do campesinato, afirma:

(...) “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores

sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura. (JOLLIVET, 1980, apud, WANDERLEY, 2003, p.47).

Consideramos, a partir desta citação, que os camponeses/as mesmo os que estão praticando agricultura em sistemas de produção, mais dependentes dos mercados externos, possuem um grau de campesinidade presente. Este grau de campesinidade é que lhes dá condição de fazer a luta política de resistência, diante dos fatores que inferiorizam esta categoria socioprodutiva.

Lamarche (1983), a respeito disso afirma quando o campesinato sofre um processo de conversão ou de adaptabilidade a um “novo modelo”, ou um “modelo diferente” de produção, determinada por influências políticas e econômicas externas, este pode converter-se em uma nova categoria: de agricultores familiares. Podemos afirmar segundo Lamarche (1993), que a agricultura familiar é colocada como um novo personagem como já citado anteriormente, diferente do camponês tradicional. Este agricultor/a familiar assumiria uma condição de produtor moderno, fundado em uma tipologia baseada na viabilização econômica e social diferenciada. Ploeg (2006), considera que ambos são agricultores familiares, pois podem ser considerados agricultores familiares camponeses/as os que possuem um grau elevado de autonomia perante os mercados, baseado no capital ecológico, ou em agricultores familiares empresariais, aqueles que mesmo sendo familiares aderem às tecnologias mercantilizadas e possuem um elevado grau de dependência dos mercados:

(...) os sistemas agrícolas no mundo atual resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados. São eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital

ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza (PLOEG, 2006, p.18).

Segundo Ploeg (2006), a agricultura familiar pode ser considerada como um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Esta agricultura passa a se adaptar e se reproduzir nas sociedades “modernas” num contexto socioeconômico próprio destas sociedades, passando a chamar estes agricultores/as familiares de modernos. Estes não produzem uma ruptura total com as formas “anteriores” de reprodução camponesa, mas passam a ser gestados a partir desta tradição camponesa, lhes permitindo, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

Precisamos considerar que no processo de modernização e mercantilização da agricultura ocorreram muitas transformações no campo, sendo que estas mudanças, conforme dita por Mendras (1984, apud, Wanderley, 2003), podem ter acontecido por diferentes interferências introduzidas pelo capital agroindustrial. Uma das grandes transformações ocorridas, e presentes até o momento, é a migração das famílias do campo para o meio urbano, contribuindo ainda mais para desapropriação da cultura camponesa existente.

A estrutura familiar que antes desenvolvia atividades para suprir suas necessidades a partir da diversidade local, passou a ter uma relação mais mercantilizada. Para Ploeg (2006), a modernização da agricultura implicou nas seguintes questões:

(...) primeiramente, em aumentos significativos de escala de produção e redução na absorção do trabalho agrícola. Em segundo lugar, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho. Junto a estes aumentos de escala e intensidade está um abrupto e multifacetado processo de mercantilização. Este último aspecto um resultado tanto quanto um pré-requisito do anterior (PLOEG, 2006, p.16).

Segundo Ploeg (2006), as atividades que anteriormente os camponeses desenvolviam lhes garantia o suprimento de suas necessidades biológicas, passa por transformações. Neste processo identificamos que existem três categorias de famílias camponesas que tomaram caminhos diferentes: primeiro as famílias que migraram para o meio urbano, ficando expostas às políticas socioeconômicas de relação de mercado, tendo que vender sua força de trabalho para gerar renda e garantir o sustento familiar. Segundo, as famílias que permaneceram no campo e aderiram ao pacote de modernização da agricultura, passaram a alterar sua cultura de acordo com as pressões dos mercados, não tendo mais um espaço de construção sociopolítico e ambiental mas, sim uma relação pautada por agentes externos.

Esta relação desencadeou o rompimento dos saberes tradicionais e, ao aderir às práticas modernas de produção, este camponês passou a ser visto como “moderno”, servindo de exemplo para os demais, tornando-se referência comunitária. Era em sua unidade de produção que se instalavam as áreas demonstrativas de cultivos agrícolas e de criação de animais geneticamente melhorados, intervindo diretamente na cultura que determinava as relações de produção. O terceiro grupo familiar são aqueles que não aderiram as técnicas de mercantilização e modernização, ou aderiram em parte, os quais passaram a ser chamados de agricultores/as de subsistência, de “atrasados”. Muitas vezes, por conta das políticas de produção e aquisição de produtos agropecuários, recebiam valores menores pela produção vendida, isto se dava no discurso de quantidade, quanto maior quantidade de produto, melhor preço os camponeses/as obteriam, as empresas chamam de “política de incentivo para os que produzem menos aumentar a produção”.

Com o avanço do processo de mercantilização através da relação com o capital agroindustrial, as unidades familiares deixaram de produzir sua cultura a partir da condição e do modo de vida camponês. Ploeg (2006), mostra como se tornam cada vez mais vulneráveis, pois os camponeses/as se deparam com muitas dificuldades para resistir às ofertas das novas tecnologias agrícolas e a exigência do processo de mercantilização, fomentado pelas políticas agrícolas de produção e de ATER. Estas políticas atigem todo o conjunto familiar, a partir de

demandas e necessidades, encontradas no contexto que os camponeses/as estão inseridos e que determinam suas relações.

O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da produção do conjunto familiar (ABRAMOVAY, 1992, p.71).

Diante deste cenário, grande parte das unidades familiares, deixaram de projetar um horizonte de permanência no campo para as gerações presentes e futuras. A grande maioria das unidades familiares que ali resistiram e permaneceram, se reorganizaram para que os filhos/as buscassem sua reprodução em outros ambientes. A reprodução camponesa em muitas regiões do Brasil, diante do cenário de modernização e mercantilização da agricultura, se vê ameaçada em relação à projeção e à reprodução da cultura camponesa, pois esta categoria socioprodutiva está cada vez mais vulnerável e ameaçada diante das incertezas proporcionadas, pelo avanço da modernização agrícola e das novas relações sociopolíticas e econômicas deste novo modelo.

Segundo Lamarche (1993) é a não existência de estratégias de reprodução presentes e futuras, que chamamos de horizonte, que os camponeses/as se inserem dentro do modelo produtivo vigente. Pois a agricultura camponesa, não é camponesa por ser de pequena produção e nem por ser de subsistência, mas o que a determina é a natureza de suas relações internas e externas com projeções futuras de reprodução da vida.

O agricultor camponês, para enfrentar o presente e preparar o futuro recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família (WANDERLEY, 1996, p.03).

De acordo com Wanderley (1996), o camponês, por meio de padrões socioculturais que leva a manter determinadas peculiaridades a partir das relações com a natureza, consegue construir estratégias de sobrevivência partindo das reais condições em que está inserido. As relações de reciprocidade entre parentes e vizinhos viabilizam as trocas de sementes, serviços, etc... Estas condições lhes permite construir saberes tradicionais que contemplam também uma percepção das condições climáticas mais específicas. Desenvolvem suas formas de adaptação, a estes ambientes diversos, através das relações ambiental e social, lhes permitindo desenvolver um interconhecimento e autonomia relativa.

Estes camponeses/as inseridos num novo “modelo de produção” continuaram a tomar decisões a partir do patrimônio sociocultural que dispõem, mas também suas escolhas políticas e econômicas passam a ser feitas pela sociedade de modo mais amplo, um agente externo à unidade familiar.

De acordo com Lamarche (1993), a existência de um grau elevado de campesinidade pode dificultar a adaptação dos camponeses/as, face à dinâmica destas escolhas e às exigências colocadas por situações novas e diversas decorrentes. Por outro lado podemos afirmar que a presença da campesinidade, pode ser justamente o fator decisivo para esta adaptação, possibilitando a permanência e a reprodução social das unidades familiares. O maior problema parece residir no fato da unidade familiar estar localizada em um destes extremos, quer seja estar desprovida ou, ao contrário, estar muito dependente deste patrimônio sociocultural, o que, no limite de ambas as situações pode levar as unidades familiares à expropriação da condição de camponeses/as.

O campesinato brasileiro segundo Wanderley (1996), possui características bem particulares, sendo o resultado das situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sociocultural”, devendo adaptar-se às exigências e às condições da sociedade brasileira moderna. A agricultura camponesa é entendida como aquela em que a unidade familiar, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na unidade familiar. A unidade da estrutura produtiva família-produção-trabalho é

fundamental para a organização, e esta passa a agir econômica e socialmente.

Segundo Ploeg (2006), a agricultura familiar camponesa é muito genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Essas formas se alteram, como mencionamos anteriormente a partir da inserção de novos meios de produção através de técnicas e tecnologias dependentes de agentes externos.

Diante do exposto, encerramos este ítem com o entendimento de que, a partir da ação de novos atores na vida produtiva e organizativa dos camponeses/as, a autonomia das unidades familiares passa a ser ameaçada. As rupturas ocasionadas pelo processo de mercantilização e modernização, independente se for de cunho técnico ou político, acaba interferindo em todo o sistema da vida camponesa, não permitindo que se desenvolva a recampesinização naqueles ambientes.

2.4. A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA SEGMENTAÇÃO EM TRÊS SISTEMAS AGRÁRIOS

No processo de mercantilização e modernização da agricultura, identificamos camponeses/as que se transformam e transformam o ambiente que estão inseridos a partir das pressões estabelecidas pelo capital e pela sua capacidade organizativa. Como mencionado na introdução, buscamos através da pesquisa de campo, identificar as características dos sistemas agrários praticados. Iniciamos uma análise a partir do sistema agrário tradicional em relação ao sistema, o qual possui um período maior de existência dos demais sistemas. Buscamos discutir sobre as relações que cada grupo humano, inserido em diferentes sistemas, possui em relação ao ecossistema, os meios técnicos utilizados, as relações sociais estabelecidas com o ambiente comunitário e externo a ele. O uso de técnicas de produção diferentes ou não, em cada sistema agrário, se faz necessário para dar conta de satisfazer as necessidades produtivas, necessidades que são demandadas por fatores internos e externos. A satisfação no uso das técnicas produtivas está associada ao horizonte camponês de cada unidade familiar inserida nos diferentes

sistemas agrários. Este horizonte, segundo Wanderley, pode ser definido da seguinte forma:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência (1996, p.02).

Estas condições estão dadas, a partir do ecossistema que a unidade familiar está desenvolvendo suas relações de produção, por onde se dá o processo de diferentes autonomias; diante do sistema agrário que estes camponeses/as estão inseridos. Esta relação, construída ao longo da trajetória camponesa com o ecossistema, se difere em relação ao grau de dependência do capital ecológico existente, em relação ao capital agroindustrial de tecnologias mercantilizadas. Estes fatores estão ligados diretamente ao processo de reprodução camponesa.

Como mencionado anteriormente, sera observado nos diferentes sistemas agrários, as relações dos camponeses/as com os fatores externos, partindo da comunidade e de agentes de intervenção de mercado. Estas relações fazem parte de um processo de inserção em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês/a convive com outras categorias sociais. Nestes ambientes se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco. Uma coletividade rural apresenta uma dupla natureza funcional para Wanderley (1996). Segundo a referida autora, de um lado existe um estabelecimento humano de valorização de um meio natural, sendo a unidade familiar um território para sua subsistência. Por outro lado, é também uma unidade de habitação, de residência, um quadro de vida familiar e social de um gênero particular. Esta relação demonstra que existe um grau intenso de sociabilidade entre os camponeses/as,

permitindo se construir uma sociedade de interconhecimento, graças a esta relação, possuem uma vida social bastante intensa.

A partir dos próximos itens descritos, buscaremos demonstrar para o leitor a existência ou não de rupturas nos diferentes sistemas agrários que nos propomos a pesquisar neste trabalho. A análise será realizada a partir das relações estabelecidas através dos quatro fatores que determinam o sistema agrário: ecossistema, meios técnicos, relações sociais comunitárias e relações com os fatores externos (MAZOYER e ROUDART, 2008).

2.4.1. Sistema agrário tradicional

A agricultura tradicional teve origem com as descobertas de diferentes povos, em diferentes lugares no mundo, a partir dos ecossistemas existentes nesses ambientes. As unidades familiares se reproduziam através de experimentações, desenvolvendo saberes que ultrapassavam gerações, tornando-se tradicionais. O desenvolvimento de tecnologias e das relações sociais buscava satisfazer as necessidades dos camponeses/as que ali viviam. As inovações estiveram sempre atreladas às experiências, como também às descobertas decorrentes de suas relações com a natureza e com seus semelhantes – conflituosas ou não, no atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. Os métodos empíricos adequados às visões de mundo, por meio de tentativa, acerto e erro, é o que determinou os princípios fundamentais das inovações. O progresso técnico, caracterizou-se, fundamentalmente, enquanto um processo interno de produção e reprodução de conhecimentos, para além da relação interna a unidade familiar, estabelecendo fortes relações comunitárias (GOODMANN, *et al.*, 2008).

Abordaremos, para facilitar o entendimento do estudo, as características existentes no modo de vida camponês, estabelecidas de forma ordenada com o ecossistema, com os meios técnicos, grupos humanos e fatores externos (MAZOYER e ROUDART, 2008). Para facilitar o entendimento, construímos a Tabela 1, onde estão definidas estas diferentes relações.

A presença das características identificadas na Tabela 1, demonstram uma forte presença da cultura tradicional, sabendo que este nível de campesinidade (PLOEG, 2006), dava condições aos

camponeses/as se constituírem enquanto uma cultura. Isto se deu a partir das inovações promovidas pela mercantilização e modernização da agricultura, que vai modificando continuamente a natureza, sendo modificadas em paralelo à própria história dos diferentes grupos humanos; determinando diferentes civilizações, sociedades, costumes e culturas e suas adaptações. Muitas transformações e mudanças se sucederam no tempo e espaço no decorrer desta trajetória histórica, transformações estas que alteraram significativamente a forma de vida dos camponeses/as. Uma das mais radicais delas foi a modernização da agricultura ocorrida em meados do século XX, como consequência da revolução industrial. Estas transformações acarretaram, no ambiente rural, a transição do modelo tradicional para o moderno-industrial em nível mundial, estas foram as mudanças mais profundas já sentidas até então, haja vista a velocidade de expansão das novas tecnologias geradas de longo alcance e seus impactos sobre os sistemas sociais, econômicos e ambientais (GOODMANN, *et al*, 2008).

O sistema agrário tradicional de agricultura caracterizado pela criação própria, de forma geral, mais adaptado e dependente dos ciclos biológicos do ambiente e recursos internos ao sistema produtivo como mencionado anteriormente, depara-se com algo novo para seu sistema de produção. Muitos camponeses/as transitaram para outro sistema agrário, baseado em um padrão tecnológico "moderno", ditado pelo setor agroindustrial, porém com níveis mais elevados de dependência dos camponeses/as em relação aos mercados externos, pois, as propostas de alteração da produção tradicional, são elaboradas fora das unidades familiares. Outra parcela destes camponeses/as se manteve no sistema agrário tradicional, aderindo a tecnologias de mercado, mas em menor proporção.

Grande parte dos camponeses/as, com o avanço da modernização e mercantilização da agricultura, passaram a ter uma racionalidade a partir do capital, adotando as tecnologias mercantilizadas, muitas delas não adaptadas e caras, levando-os a descapitalizar-se e até a vender suas terras e migrando para o meio urbano. Esta descapitalização se reforça diante de políticas de incentivo à mercantilização e à modernização da agricultura fortalecendo a agricultura empresarial e desfavorecendo a agricultura camponesa.

(...) muitos países ainda praticam políticas econômicas e políticas agrícolas muito desfavoráveis à agricultura em geral, e ao campesinato pobre em particular. Nesse sentido, as custosas políticas de modernização das infraestruturas e da administração, a supervalorização das moedas e da proteção da indústria foram particularmente nefastas para a agricultura (MAZOYER, e ROUDART, 2008, p. 516).

Os camponeses/as, de forma geral, tiveram políticas desfavoráveis à agricultura até então praticada, deste modo, adotavam tecnologias de mercado e, ao mesmo tempo, mantinham tecnologias tradicionais como uma maneira de resistência para sua reprodução. Analisamos que grande parte das unidades familiares mesclaram as tecnologias, adotando as que, em sua avaliação, não lhe tiravam autonomia do processo e, ao mesmo tempo poderiam estar contribuindo na diminuição da penosidade do trabalho ou no aumento da produtividade. Neste sentido, seria possível questionar se tais tomadas de decisão foram as mais acertadas, quando, por exemplo, se adotou o uso de agrotóxico para efetuar o manejo, com manutenção das sementes crioulas para o plantio, ou então usar tração mecânica ao invés de animal. Neste caso, inferimos que o uso de agrotóxicos, pode estar associado à diminuição da penosidade do trabalho e à falta de mão de obra. Mas, mesmo com a adoção de tais tecnologias, os camponeses/as permanecem denominados como tradicionais, pois as práticas tradicionais estão presentes em maior número como a rotação de terras, policultivos, uso de adubos orgânicos, conservação de alimentos (diversas formas), integração entre produção vegetal e criação animal, variedades adaptadas (crioulas ou não), mercado mais local, uso de tração animal e mecânica entre outras.

Este sistema ainda presente porém, não é prioridade de políticas públicas e nem de empresas privadas. Este sistema agrário é visto como atrasado, que não se moderniza, neste caso a uma tendência em se

modificar a partir das pressões de mercado como citado anteriormente por Carvalho (2013).

2.4.2. Sistema agrário convencional

O sistema agrário convencional se estruturou com o avanço da revolução industrial, pois os capitais agroindustriais introduziram inovações tecnológicas fomentando o desenvolvimento capitalista da agricultura dentro deste sistema. A indústria, para Goodmann (*et al*, 2008), gradativamente apropriou-se de atividades relacionadas com a produção, o processamento e a transformação de produtos agrícolas que, em outras épocas, eram encarados como elementos integrais do processo de produção rural baseado na terra. A indústria passou a se apropriar de maneira parcial e descontínua do trabalho rural e dos processos biológicos, sendo incapaz de transformar o sistema agroalimentício da produção agrícola até o consumo final do alimento como um todo unificado. Dessa forma passou a dominar o processo de produção de bens, de necessidades para a agricultura, mas fora dela, como máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias. Substituiu os instrumentos de produção e com eles também iniciou a substituição das tecnologias tradicionais, que passaram a ser vistas como inadequadas, perante as novas ofertas e demandas que o mercado industrial passa a proporcionar.

A apropriação do processo de produção na agricultura, através do desenvolvimento e interferência industrial, levou a uma crescente capitalização das atividades agrícolas. Juntamente com esta capitalização, a troca da energia natural de bois e cavalos, pela mecânica com tratores, colheitadeiras, levou a uma rápida transformação nas estruturas sociais, econômicas e ambientais no meio rural. Os camponeses/as aumentaram a produtividade, bem como a criação de animais, sabendo que estes passariam a demandar mais alimentos e conseqüentemente mais produção. A indústria, então, passou a se apropriar de outro fator importante: os nutrientes e fertilizantes.

A modernização da agricultura faz parte de um movimento competitivo dos capitais industriais, a fim de criar setores com objetivo de acumular capital através da reestruturação do processo de trabalho da

produção rural “pré-industrial”, (GOODMANN, *et al*, 2008). O sistema agrário convencional é o resultado do movimento do capital e de sua acumulação, sendo este quem define todo o significado da noção de desenvolvimento do sistema capitalista na agricultura. Podemos dizer que é através da apropriação das fases da produção rural, que o capital concentra acúmulos parciais, por meio de venda de bens e insumos necessários aos camponeses/as. Isso caracterizou um avanço para a indústria, pois os camponeses/as passaram a se tornar mais dependentes dela para realizar as atividades rurais que seriam desenvolvidas.

A desarticulação da produção artesanal é uma das conseqüências deste processo, pois a mecanização das atividades agrícolas, resultou numa reorganização social na divisão do trabalho, tornando ociosa uma grande parcela da mão de obra presente, disponibilizando este excedente para trabalhar sob a demanda da indústria urbana na fabricação destes equipamentos para o meio rural e de outros como carros, maquinarias, casas e bens de consumo doméstico que a “modernização” proporcionava. A modernização da agricultura levou a subordinação dos recursos naturais, como a água, solo, minérios, plantas e animais, pois passou a se apropriar do processo biológico, ao interferir diretamente nas propriedades químicas dos elementos (GOODMANN, *et al*, 2008).

Este avanço na modernização da agricultura faz a ciência ter cada vez mais um papel fundamental nas pesquisas, pois deveria dar conta de “solucionar” e encontrar caminhos para suprir demandas do capital industrial e criar novas necessidades.

“A primeira apropriação real do processo de produção rural ocorreu na genética de plantas, as técnicas de hibridização tornaram-se pivô do desenvolvimento industrial subsequente” (GOODMANN, *et al*, 2008, p.11).

Após a segunda Guerra Mundial, centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiadas pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, de trigo, de milho e de soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de

cultivos correspondentes (MAZOYER, e ROUDART, 2008, p.501).

Percebe-se, que o setor agroindustrial se apropriou do ciclo biológico por meio do processo de alteração genética das plantas, fazendo com que os camponeses/as se tornassem extremamente dependentes destas tecnologias para produzir. Além da dependência tecnológica, se tornam obrigados a usar determinados tipos de adubos sintéticos fabricados especialmente para as variedades desenvolvidas, bem como do processo de mecanização para determinados cultivos e variedades de vegetais específicos. Esta inter-relação entre fabricação industrial de sementes, produção de insumos químicos e projeções de equipamentos técnicos padronizados é que é chamado por Goodmann de “pacote tecnológico”. A partir desta apropriação se passa de um sistema sustentável, que ocupava bastante mão de obra, independente, baixa produtividade, para outro sistema caracterizado pelo uso de pouca mão de obra, alta produtividade, alto nível de dependência e conseqüentemente insustentável.

Nos EUA a produção total aumentou 97%, sendo que a área plantada aumentou somente 3% e ao mesmo tempo, diminuindo em 63% da mão de obra ocupada na produção agrícola no período de 1970 a 1982 (GOODMANN, *et al*, 2008, p.12).

A relação dos camponeses/as que praticam agricultura neste sistema agrário, apresenta características diferentes dos camponeses/as que praticam agricultura no sistema agrário tradicional. Identificaremos, como anteriormente, as características dos camponeses/as que praticam agricultura no sistema agrário convencional, com o ecossistema, meios técnicos, grupos humanos e relações sociais e fatores externos, MAZOYER e ROUDART, (2008), demonstrados na Tabela 1.

Esta “nova forma” de fazer agricultura é introduzida no Brasil a partir da década de 1960 por um pacote denominado de “Revolução Verde” (SILVA, 1999). A estratégia do desenvolvimento deste “pacote” se deu nos países denominados de “terceiro mundo”. Num discurso de

que a modernização da agricultura acabaria com os problemas da pobreza e da fome, seria necessário aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a produção, pois se apregoava que a pobreza existia, pela pouca disponibilidade de produtos agrícolas. Sendo assim, a pouca produção teria que ser superada com técnicas modernas, a partir daí, sairíamos da condição de uma agricultura atrasada, denominada “de subsistência” e passaríamos para a “modernidade agrícola”. Para que isso se tornasse realidade seria necessário utilizar diversas medidas tecnológicas, o que garantiria o aumento da produtividade.

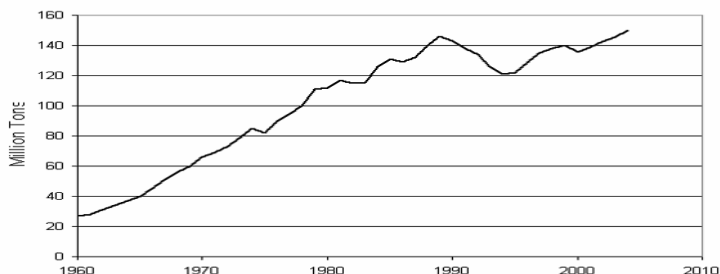
(...) a revolução verde permitiu aumentar muito fortemente a produção em vários países, mas pouco podia, pelo menos em seu início, contribuir para salvar e desenvolver a agricultura camponesa pobre das regiões pouco favorecidas dos países em desenvolvimento, (MAZOYER, e ROUDART, 2008, p.501).

Os objetivos eram condizentes com o cenário mundial da época, onde havia uma crise no mercado de grãos alimentícios, um grande aumento demográfico e a previsão, em curto prazo, de uma “catástrofe alimentar” que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo (CERVEIRA, 2002). Mas isso foi em um curto período e, hoje, vemos claramente que o processo de modernização e mercantilização trouxeram mudanças na organização camponesa, através da expropriação de seu modo de vida e, expropriação do acúmulo de saberes referente às produções.

O Estado teve um papel fundamental neste processo, intervindo em todos os processos que levou ao estreitamento dos vínculos entre indústria e agricultura. É através dele que iniciam as pesquisas, tornando-as institucionalizadas. A convergência das inovações genéticas, mecânicas e químicas se estruturou numa total dependência do meio rural em relação ao setor agroindustrial. Assim, se monta todo um aparato de pesquisa em universidades, centros de pesquisas estatais, direcionados para a extensão rural, com objetivo de dar conta em aumentar a produtividade em grande escala (GOODMANN, *et al*, 2008). Segundo o cientista da Química, Liebig em 1803, um dos defensores deste padrão

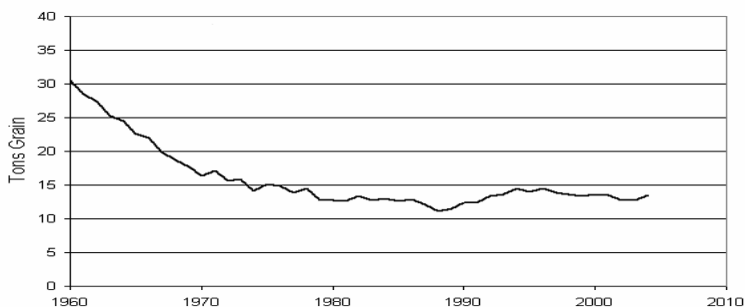
tecnológico, através de pesquisas em agroquímica, já afirmava que, “um dia todos os campos do mundo seriam fertilizados artificialmente com adubos saídos das fábricas”. Primeiro elas extrairiam, depois moeriam, concentrariam e sintetizariam a matéria prima para fertilizar as lavouras. A partir daí se apresenta a possibilidade de produção de riqueza agroindustrial, surgem então as grandes empresas especializadas na produção de adubos, (GOODMANN, *et al*, 2008).

Figura 1 - Fertilizantes utilizados mundialmente no período de 1960 a 2010



(Fonte: MURRAY, 2005, *apud*, KOKUSZKA 2005).

Figura 2 - Produção mundial de grãos por tonelada de fertilizantes utilizados, período de 1960 a 2010.



(Fonte: MURRAY, 2005, *apud*, KOKUSZKA 2005).

A mercantilização e modernização da agricultura, segundo Goodmann *et al*, (2008, p. 30), foi o principal veículo para a transformação da agricultura dos países subdesenvolvidos, por parte dos capitais agroindustriais. Mas percebemos nos dados dos gráficos acima, que o discurso de modernizar para superar os padrões considerados atrasados e acabar com a fome, não era nada mais do que inserir a agricultura num mercado de consumo de produtos industrializados. Os dados apontam o que as unidades familiares vivenciam no seu dia a dia, o aumento a cada ano do uso de insumos para produzir as mesmas quantidades de grãos, por isso, o custo benefício de usar insumos externos nas lavouras ficou inviável em muitos casos.

O setor agroindustrial internacional a partir da modernização da agricultura europeia e americana, buscou parcerias para expansão de negócios com inserção de tecnologias consideradas ultrapassadas ou não aceitas pelos consumidores nos países “desenvolvidos” para os “subdesenvolvidos”, sendo proposto e praticado na maioria dos países do mundo a partir da década de 1950. A mercantilização e modernização como já mencionada, além das técnicas de melhoramento genético, maquinarias e insumos, tinha como suporte a ATER e, segundo Fonseca

(1985), passou a ser adotado no Brasil a partir de 1948.

Este sistema agrário tornando-se hegemônico, propiciou para que a grande maioria dos camponeses/as que aderiram ao sistema, possuísem uma intensa relação com o mercado, com pouca autonomia frente às decisões a serem tomadas na unidade familiar. Estas unidades familiares passaram a pensar e agir com uma racionalidade do capital.

2.4.3. Sistema agrário agroecológico

A partir do processo de modernização da agricultura no mundo, camponeses/as juntamente com organismos de educação e pesquisa buscam desenvolver estilos de agriculturas que fossem independentes de tecnologias de mercado, menos impactantes ao meio ambiente e que lhes proporcionasse um modo de vida diferente. A partir deste objetivo buscase colocar como um contraponto ao modelo hegemônico de agricultura. No início do século XX, período de implementação da agricultura convencional, segundo Caporal e Costabeber (2004), com descobertas da química agrícola, da biologia e da mecânica, em diversos países surgiram agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, permacultura, biodinâmica, biológica etc., estas diferentes denominações corresponderam ao desenvolvimento das mesmas, segundo princípios e regras de acordo com suas relações, desenvolvidas em diferentes lugares e ambientes, adotando tecnologias que dessem conta de dar respostas a produção, conservação e reprodução exigida por quem as praticava. Estas agriculturas denominadas de alternativas, segundo Caporal e Costabeber (2004), muitas vezes, não davam conta de resolver os problemas criados pelo modelo convencional de produção agrícola, detendo-se mais em questões tecnológicas, não abrangendo as seis dimensões essenciais do desenvolvimento sustentável: social, cultural, econômica, ambiental, política e ética. Diante desta avaliação, pesquisadores, juntamente com suas organizações, a partir de novos conhecimentos, reúnem elementos que levam ao nascimento da agroecologia.

Isto se dá, no Brasil, a partir da entrada do processo de modernização e mercantilização da agricultura após a II Guerra Mundial com a introdução de tecnologias dependentes do mercado. Neste momento reúnem-se pesquisadores que contestam este “modelo” e

buscam o desenvolvimento de uma agricultura que incorpore as dimensões do desenvolvimento humano em suas diferentes relações socioprodutivas, econômicas e ambientais. Esta agricultura de base ecológica estabelecida sob novas relações, passa a se denominar de agricultura de base ecológica ou agroecologia.

A opção pela terminologia “agricultura de base ecológica”, em primeiro lugar, tem a intenção de distinguir os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da Agroecologia (estilos que, teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazo) (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.03).

Conceitualmente, hoje, a agroecologia aborda certa confusão, muitos a confundem com um modelo produtivo, uma tecnologia, agricultura livre de químicos, agricultura orgânica, uma Ciência.

Segundo Gúsman (2000, *apud* Caporal e Costabeber 2004, p. 05), a agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico. Morin (1998), afirma que agroecologia é uma ciência do campo da complexidade, uma ciência que está em construção (momento de revolução paradigmática).

Para Kuhn (1987), ela é a cultura comum do grupo em torno de um determinado fim; engloba a todas as crenças, valores, técnicas, etc, compartilhadas pelos membros de certa comunidade. Um corpo característico de crenças e concepções que abrangem todos os conhecimentos partilhados por um grupo científico. Segundo Altieri (1998), ela é uma Ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, manejar, desenhar e avaliar agroecossistemas.

Diante destas conceituações, e outras aqui não citadas, de pesquisadores que se identificam com o tema, Caporal e Costabeber resumem que:

(...) a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o *desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*, mas também processos de *desenvolvimento rural sustentável* (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.06).

Diante da conceituação de Caporal e Costabeber, sobre o que é agroecologia, podemos afirmar que esta ciência ainda vem se construindo e passando por um processo de transição. Esta transição inicia após a família decidir que iniciará em sua unidade familiar, o desenvolvimento de práticas ecológicas nos mais diversos manejos agropecuários.

O processo de transição agroecológica é bastante complexo, tanto em nível tecnológico como metodológico e organizacional, dependendo dos objetivos e das metas traçadas e qual o grau de sustentabilidade que se deseja alcançar.

Caporal nos diz que, o processo de conversão pode ser distinguido em três níveis:

O primeiro, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de inputs externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. Esta tem sido a principal ênfase da investigação agrícola convencional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional. O segundo nível da transição se refere à substituição de inputs e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto

de vista ecológico. Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base a um novo conjunto de processos ecológicos. Nesse caso, se buscaria eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.07).

Podemos afirmar que é possível identificar camponeses/as praticando agricultura no sistema agrário agroecológico nos diferentes níveis de conversão entendidos pelo autor. Este processo se torna mais lento que a adoção de tecnologias mercantilizadas, por se tratar de um sistema que exige conhecimentos mais profundos sobre os processos biológicos naturais. O fomento a produção no sistema agrário agroecológico no Brasil é feito em maior parte por organizações dos próprios camponeses/as, através dos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs).

Os camponeses/as que praticam agricultura no sistema agrário agroecológico possuem características diferentes dos camponeses/as que praticam agricultura no sistema agrário tradicional e convencional. Estas características serão descritas na Tabela 1, a partir das relações estabelecidas com o ecossistema, meios técnicos, grupos humanos e relações sociais e fatores externos (MAZOYER e ROUDART, 2008).

Compreendendo as características presentes no sistema agrário agroecológico, podemos identificar que, muitas delas, se assemelham ao sistema agrário tradicional. Isso pode ser identificado a partir do momento em que o resgate dos saberes relacionados aos sistemas tradicionais e à pesquisa científica estiverem presentes no sistema.

TABELA 1 – Caracterização dos diferentes sistemas agrários a partir da revisão teórica.

TRADICIONAL	CONVENCIONAL	AGROECOLÓGICO
Relação com os Ecossistemas		
Presença de saberes tradicionais;	Não reconhecimento dos saberes tradicionais;	Resgate e reconhecimento dos saberes tradicionais;
Aproveitamento total do capital ecológico;	Pouco aproveitamento do capital ecológico;	Aproveitamento do capital ecológico;
Presença de diversidade vegetal e animal;	Pouca diversidade;	Presença da diversidade vegetal e animal;
Relação de manutenção do ambiente;	Poluição do ambiente;	Relação de manutenção do ambiente;
Relação de co-produção com a natureza;	Não presença da co-produção;	Presença da relação de co-produção;
Meios Técnicos		
Uso de tração animal;	Uso de tração mecânica;	Uso de tração mecânica e animal;
Independência dos insumos de mercados;	Alta dependência de insumos dos mercados externos;	Independência dos insumos de mercados externos;
Baixo impacto ambiental;	Intensos impactos ambientais;	Baixo impacto ambiental;
Manutenção da biodiversidade;	Ausência de manutenção da biodiversidade;	Alta manutenção da biodiversidade;
Presença de policultivos;	Presença de monocultivos;	Presença de policultivos;
Produção semi artesanal;	Produção mecânica especializada;	Produção semi artesanal especializada

Continuação.....

TABELA 1 – Caracterização dos diferentes sistemas agrários a partir da revisão teórica, (continuação).

Grupos humanos		
TRADICIONAL	CONVENCIONAL	AGROECOLÓGICO
Fortes relações comunitárias;	Poucas relações comunitárias;	Fortes relações comunitárias;
Importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico;	Presença do trabalho mecânico e assalariamento;	Importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico;
Relações de interconhecimento e trocas;	Relações de conhecimento externo;	Relações de interconhecimento e trocas entre vizinhos;
Presença de instrumentos de luta política.	Pouca presença de instrumentos de luta política;	Presença de instrumentos de luta política
Relações dos Diferentes Sistemas agrários com os Fatores externos		
Relativa Autonomia em relação a sociedade global;	Controle externo sobre processos produtivos;	Influência parcial por organizações nos processos produtivos;
Não presença de relações mediadas por empresas e instituições;	Relações mediadas por empresas e instituições;	Relações mediadas por instituições;
Um sistema econômico diversificado parte autônomo e parte integrado a mercados diversificados;	Um sistema econômico pouco diversificado dependente integrado a mercados não diversificados;	Um sistema econômico diversificado parte autônomo e parte integrado a mercados diversificados;
Função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global;	Mediações efetivadas pelo mercado entre sociedade local e global;	Função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global;

Fonte: Síntese de autores: Ploeg (2006), Wanderley (1996), (Caporal e Costabeber, 2004).

CAPÍTULO 3 – CAMPONESES NO OESTE DE SANTA CATARINA

3.1. Breve histórico do Oeste de Santa Catarina

O Oeste catarinense, conforme Poli (2002), foi habitado por indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani. Arqueólogos comprovaram que estes habitavam na região desde 5.500 A.C. Os primeiros contatos com europeus se deram entre o período de 1642-1775. Estes contatos, segundo Paim (2001), se davam principalmente por religiosos da Companhia Jesuítica, que tinha a sua sede na província espanhola do Paraguai. Com o Tratado de Tordesilhas, os jesuítas passaram a comandar o que hoje vem a ser a Região Oeste Catarinense, onde organizaram várias reduções dos povos Guaranis.

A partir da estruturação da Lei de Terras de 1850, com a política de colonização com colonos europeus no Sul do Brasil, o governo passou a incentivar o deslocamento de indígenas para outras regiões, e a instalação desses colonos na região. No Oeste Catarinense, por haver grande resistência dos indígenas, o governo imperial criou em Campo Erê, Chapecó, Xanxerê e Jacu, várias colônias militares para facilitar a abertura de estradas e implantação de linhas telegráficas. Em decorrência disso, existem até hoje lutas judiciais sobre áreas a serem demarcadas e devolvidas aos povos indígenas, uma luta pela retomada da terra que os indígenas foram expropriados, apesar de terem sido cada vez mais intimidados por ações do próprio governo, (PAIM, 2001).

Paim (2001), diz que, paralelo à expropriação das terras indígenas a partir da década de 1850, houve uma ocupação por diferentes povos provenientes de diferentes lugares e portadores de especificidades culturais. Muitos vindos da Europa, como espanhóis, portugueses, poloneses, povos descendentes de cafezais em São Paulo e indígenas. Outros, de onde se origina um novo grupo denominado, até hoje, como caboclos ou brasileiros, mas não tendo uma origem definida. Segundo Paim (2001), este grupo tinha como sua atividade econômica, a agricultura de subsistência e atividades como caça, pesca, extração da erva mate, criação de animais ao redor das casas. As “roças” eram feitas longe da casa para que os animais não as danificassem. Suas diversões eram festas grupais familiares com muita dança, a idéia do lucro não fazia

parte de suas vidas. Este grupo mantém uma bagagem cultural com saberes tradicionais dos povos indígenas, por viverem de maneira paralela, mas principalmente dos que os antecederam.

Eles possuíam organização sociopolítica própria de reprodução de vida a partir das condições ali constituídas. De acordo com (RENK, 1991), eles tinham a necessidade de ter extensas áreas de terra, para criar animais soltos, sendo denominadas estas áreas como, “terras de criar”. Estes animais eram criados soltos, capturados para serem transformados em alimentos para o sustento familiar e para serem comercializados. Também plantavam milho para o consumo e para fazer “safras”, onde se soltavam os porcos, para se alimentarem do milho plantado na lavoura sem necessidade de colher a produção. Além destes produtos, plantavam feijão, arroz e outros cereais para alimentação humana e animal, estas áreas de terras eram chamadas de “terras de plantar”.

Com o avanço das empresas colonizadoras no Oeste Catarinense, estas áreas foram divididas em lotes menores. Os caboclos foram obrigados a migrar, pois os colonos pagavam um preço melhor se as terras estivessem “limpas”, sem sua presença.

Este grupo étnico ao perder suas terras, acabou modificando suas formas de sobrevivência, tendo que se ocupar em outros afazeres para poder sobreviver. Com a perda das áreas de terra, os caboclos também passaram a ser chamados, de ervateiros e tarefeiros. A extração da erva mate, segundo Renk (1991), era considerada um ofício étnico, de exclusividade dos “brasileiros”, que não encontravam colocação em outras atividades remuneradas. Esta atividade extrativista era a mais baixa da hierarquia das ocupações, sendo naturalizada pelos colonos como “coisa de caboclo”, que “só fazem isso”, “só sabem fazer isso”. Assim eram considerados “estrangeiros” por conta da atividade que desenvolviam. Tendo que migrar para efetuar a extração, este grupo em número menor é definido pelos colonos europeus, como pessoas de *habitus* diferente, tendo um menor poder de impor sua visão e representação de mundo.

Conforme Poli (2002), o caboclo sempre teve sua vida à margem da sociedade, sendo mão de obra dos colonos e fazendeiros, ervateiros e

madeireiros, despossuídos, raramente conseguiam obter uma pequena área de terra, para se manter com seu modo peculiar de produção.

Nesta região, as empresas colonizadoras, em parceria, com os governos, se instalaram a partir de 1920. Anterior a este período, para ter uma área de terra, era necessário somente a posse, com a instalação das colonizadoras o governo passaria a exigir uma escritura. Como o modo de vida dos caboclos era baseado na auto-sustentação da unidade familiar e, não na geração de renda, se tornava praticamente impossível adquirirem áreas de terra. Geraram-se, então, conflitos entre os caboclos e o governo, pois as colonizadoras vendiam as áreas de terra para colonos vindos de outras regiões, que exigiam que as áreas estivessem livres de indígenas e caboclos. Assim, eram obrigados a abandonar suas residências e migrar para áreas ainda não ocupadas, (PAIM, 2001).

Ainda segundo Paim (2001), o governo com suas estratégias de colonização, atuava de forma coercitiva através do Estado, com ação policial, juntamente com jagunços contratados pelas empreiteiras para expulsar os caboclos de suas terras. Estes caboclos, em sua grande maioria, agrupavam-se nas sobras de terras em beiras de rios.

Com o processo de colonização, empresas madeireiras se instalaram na região, havendo um acelerado desmatamento. Neste período da década de 1930 a 1950, se criou uma junção das madeireiras chamada de Sociedade Madeireira Chapecoense, incorporada a Cooperativa da Madeireira Vale do Uruguai Ltda. Esta cooperativa segundo Paim (2001), era quem ditava as regras de comercialização, sendo que a maior parte da madeira extraída era exportada para países europeus.

Os caboclos expulsos de seu território original, pela expansão da colonização e aceleração do desmatamento, obrigaram-se a desenvolver outras relações com a natureza e de sobrevivência, pois não tendo mais áreas para produzir e criar animais, foram forçados a vender sua força de trabalho, através de “empreitadas” ou como chamam de derrubadas de capoeiras. Muitos se submeteram a viver “de favor” dos donos das terras, produzindo e dando como pagamento por ali morar parte de sua produção.

O colono imigrante ao conquistar uma área de terra, passava a vê-la não somente como local de sobrevivência e reprodução da vida, mas

como um local de prosperidade, pois nela depositava o sonho de obter ganhos que lhes dessem condições para adquirir novas áreas e satisfazer as necessidades familiares, tendo em seu horizonte a reprodução familiar nesses ambientes. De acordo com Paim (2001), estes colonos além de cultivarem seus produtos para o auto-sustento familiar, desenvolviam atividades de cultivos com fins comerciais e criação de animais. O sistema de cultivo era bastante parecido ou até semelhante às técnicas usadas pelos indígenas e pelos caboclos. Para o plantio de milho e outros cereais, eram derrubadas as matas e realizadas queimadas, denominadas como “coivaras”, depois deixadas em pousio, para que as plantas voltassem a crescer. A organização familiar era bastante própria, tradicional. Na hierarquia social a mulher tinha um papel mais específico dos afazeres domésticos além de contribuir nas lavouras. Os homens, por sua vez, trabalhavam na lavoura mas, dificilmente contribuíam no ambiente doméstico.

Esta troca de saberes tradicionais originários de povos de diferentes etnias, dotados de características próprias do campesinato, nos remete ao conceito da condição camponesa, segundo (PLOEG, 2006), compreendido como o lugar que os camponeses/as ocupam na sociedade, com características específicas através da organização sociopolítico e produtiva, como já identificado nos estudos de Wanderley, no qual mostra que os camponeses

(...) possuem “autonomia relativa face à sociedade com importância estrutural dos grupos domésticos, possuem um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos com função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e sociedade global (MENDRAS apud, WANDERLEY, 1996, p.02).

Na região Oeste os camponeses/as praticam uma agricultura bastante diversificada, podendo ser considerada como estratégia de sua reprodução. Esta diversificação, segundo Wanderley (1996), pode ser percebida através do esforço de aperfeiçoá-las, mediante a manutenção e

introdução de novas culturas de novas práticas produtivas através do saber camponês. Machado afirma:

A agrobiodiversidade surge como um contraponto aos sistemas agrícolas convencionais que recebem críticas pela sua ação agressiva ao meio ambiente, com ações que inclui em desmatamento, uso inadequado aos recursos naturais, sendo grande responsável pelo êxodo rural das populações tradicionais (MACHADO, 2006, p.43).

O processo de modernização e mercantilização da agricultura nesta região fez com que a estrutura familiar camponesa, que antes tinha como prioridade desenvolver atividades para suprir suas necessidades alimentares, a partir da diversidade local, passasse a estabelecer novas relações.

3.2. Modernização e mercantilização

A modernização e mercantilização no Oeste catarinense, se amplia na região para outras atividades produtivas. Até no período da década de 1960 a extração da madeira era a atividade econômica mais importante não sendo diferente, a partir desta década mencionada a ocorre a instalação de agroindústrias na região.

A primeira a se instalar na região, conforme Paim (2001), foi o Grupo Sadia no Município de Concórdia, sucedido pelo Frigorífico Chapecó. É a partir daí que inicia o processo de agroindustrialização do Oeste Catarinense. Assim, em municípios da região até 1969 se instalaram as empresas: Frigorífico Seara, Safrita S/A, Frigorífico Ipiranga, Cooperativa Central Oeste Catarinense (AURORA). Todas estas empresas contavam com o apoio da Associação Catarinense de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC), criada no ano de 1956 como disseminadora de tecnologias de produção mercantilizadas (FONSECA, 1985).

Muitos camponeses/as resistiram a este novo modo de produzir, outros logo aderiram a esta proposta modernizadora. A partir da década

de 1960, neste processo se origina um novo sistema agrário na região, o sistema agrário convencional, pois até então, o sistema agrário tradicional era o mais expressivo com ações de modernização e mercantilização mais pro.

De acordo com Rover (2012), é possível constatar quatro fases caracterizam uma diferenciação dos sistemas agrários, tradicional e convencional na região Oeste de Santa Catarina. A primeira fase:

(...) de predomínio de uma agricultura tradicional, tendo menor vínculo com o mercado, conforme descrito acima, indo até o final da década de 1950 e início da década de 1960, (ROVER, 2012, p.12).

O processo de colonização, na região, se caracterizou pela entrada de camponeses/as portadores de uma cultura tradicional, com autonomia relativa, se caracterizando por ter pouco vínculo com os mercados, uma vida comunitária bastante presente, caracterizada como primeira fase de caracterização dos sistemas agrários. Rover (2012), nos fala que, a segunda fase, se caracteriza da seguinte forma:

(...) constituição de cooperativas agropecuárias, que tornaram-se depois grandes estruturas verticalizadas, a disseminação de um sistema capilar de integração agroindustrial entre os agricultores familiares e agroindústrias de suínos, principalmente, indo até meados da década de 1980 (ROVER, 2012, p.12).

Esta fase é marcada por muitas transformações ocorridas na região, estabelecendo novas relações com os ecossistemas, substituição dos meios técnicos, reorganização dos grupos humanos e as relações sociais, os camponeses/as passam a desenvolver relações de dependência dos fatores externos.

A terceira fase é quando se intensifica a integração e a produção agroindustrial e se amplia a relação com o mercado, porém com

elevada seletividade e exclusão de agricultores, gerando fortes índices de êxodo rural e esvaziamento regional, além de graves problemas ambientais (ROVER, 2012, p.12).

Quando as consequências do processo de modernização e mercantilização começavam a aparecer, os camponeses/as se organizam para denunciar os problemas evidenciados. É neste momento que, segundo este autor, surge a formação de Movimentos Populares, mesmo que ainda em fase inicial e com uma abordagem restrita à crítica, ao sistema hegemônico que se implantava. O autor faz referência ao início da crise da sucessão geracional das propriedades rurais, uma das características que marca a quarta fase analisada.

(...) Nela se observa, de um lado, o avanço da modernização, com forte ampliação do uso de meios técnicos por número crescente de agricultores, a ampliação da seletividade específica por cadeia produtiva e a crise de sucessão geracional das propriedades rurais (ROVER, 2012, p.12).

O avanço da mercantilização e modernização da agricultura, cada vez mais, pressiona os camponeses/as a adotarem tecnologias e conhecimentos mercantilizados, gerando dependências profundas dos camponeses/as em relação ao mercado, alterando-se o modo de vida organizacional das unidades familiares que aderiram ao sistema agrário convencional.

3.3. A luta política e o nascimento do sistema agrário agroecológico

As contradições sociais geradas pelas mudanças na dinâmica produtiva, tornam-se evidentes, à medida que a apropriação da riqueza pelo capital se aprofundou, gerando reações de defesa pelos camponeses/as. Estas reações sociais, se originaram politicamente na percepção de mundo possibilitada pela Doutrina Social da Igreja, e partidos políticos.

No Brasil, juntamente com as Ligas Camponesas, a Pastoral da Igreja Católica, através da Juventude Agrária Católica (JAC), criada em 1966 e partidos políticos de esquerda, no início da década de setenta, com o avanço da modernização, acentuaram a crítica à destruição dos recursos naturais e à exploração que se praticava sobre os camponeses/as. Neste período, havia uma corrente dentro do sindicalismo que atuava de forma assistencialista, com atendimento médico e outras assistências. Em oposição a esta corrente, juntamente com a reação a esse “modelo”, se inicia um processo de construção de uma nova proposta sindical, a partir de 1978, na Região Sul do Brasil (VIEIRA, 2006).

Assim se reforça a luta, mesmo com as perseguições sofridas pelos camponeses/as e suas organizações no período da Ditadura Militar. Inicia-se um processo de mobilização e luta pela terra, através da organização de ocupações de terra, não ainda como um movimento organizado, mas numa luta também influenciada por grupos progressistas da Igreja Católica, resistentes à ditadura. Nesse contexto, em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), (VIEIRA, 2006).

Na região Oeste segundo Fiorentin e Oro (2002), tivemos a atuação de muitos militantes políticos, que contribuíram para avançar na luta contra a repressão e pelos direitos a uma vida mais digna. É importante mencionar a liderança religiosa e política do Bispo Dom José Gomes, conseguiu fazer que os camponeses/as refletissem sobre o papel de representação de suas entidades. Liderou um movimento para um novo sindicalismo, ao invés de estar atrelado ao governo e de seguir uma “cartilha”, deveria lutar por um sindicato combativo, identificado com a luta dos camponeses/as, sendo que estes deveriam sentir-se representados. Assim, juntamente com as demais forças sociais principalmente partidos políticos de esquerda, iniciaram a luta, organizando chapas de oposição sindical, para depois criar os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). A partir da década de 1970 se organizaram na maioria dos municípios da região Oeste Catarinense, a tomada dos sindicatos, com uma nova pauta de luta pela libertação e independência das famílias de camponeses/as.

Segundo Fiorentin e Oro (2002) este movimento de reorganização aconteceu simultaneamente, com um movimento nacional para o fim da ditadura, a favor da luta pela democracia através de eleições diretas. No alto Uruguai Gaúcho, no município de Erechim, no Sudoeste

do Paraná, no Município de Francisco Beltrão, também se encontravam ambientes conflituosos. Esta luta se soma com as demais, em nível de Brasil, mas um fato que chama a atenção é que Dom José, influenciou na luta nacional pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela organização do Movimento Sem Terra (MST), lutas sustentadas inicialmente pela Comissão Pastoral da Terra.

Outras lutas foram iniciadas na década de 1980, em relação aos direitos sociais como aposentadoria, salário maternidade, direito a atendimento hospitalar a educação, indenizações das áreas de terras de camponeses/as pelo alagamento das barragens e acesso a crédito. As pautas reivindicatórias do sindicalismo e de movimentos sociais foram em parte concedidas pelo Estado, como crédito agrícola para plantio, aquisição de animais e equipamentos, crédito fundiário, crédito para moradia. O crédito por muitos anos foi pauta de reivindicação da grande maioria dos movimentos sociais. Quando esta conquista chega às unidades familiares camponesas/as, o processo de modernização já havia se alicerçado, tanto na grande propriedade, como nas áreas menores, predominantemente de agricultura camponesa. Este crédito chega para aquisição de insumos, sementes e maquinários, (VIEIRA, 2006).

Segundo este autor, faz parte deste processo organizacional de resistência, a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) em 1992, de uma instância articuladora dos sindicatos vinculados a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No Oeste temos também a presença dos sindicatos de trabalhadores rurais que são filiados a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), por estarem atrelados a estrutura organizativa do Ministério do Trabalho, estão presentes praticamente, em todos os estados brasileiros com suas Federações Estaduais, mantendo uma grande diversidade quanto ao seu perfil político ideológico. Esta diversidade abrange desde sindicatos e federações com perfil popular e de luta classista, com perspectivas transformadoras amplas, a sindicatos e federações com perfil conservador e perspectiva de cunho reivindicatório. Segundo Vieira (2006), com o avanço do desenvolvimento brasileiro passa-se, a necessitar de investimentos nos mais variados setores, sendo um deles de geração de energia, no processo de estruturação dos complexos hidroelétricos na década de 1970. As consequências destes empreendimentos, geraram

descontentamentos resultantes das desapropriações de terras, dificuldades de recebimento de indenizações e organizações de re-assentamentos. Inicialmente o movimento de resistência foi apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em algumas situações com apoio do movimento sindical. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, com a construção de grandes barragens, iniciam-se os movimentos de resistência mais organizados e propositivos, surgindo então um movimento de resistência denominado como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Vieira (2006) afirma que, para além da organização sindical, surgem movimentos de cooperação agrícolas organizados em associações como a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, (APACO), outros movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), criado em razão dos camponeses/as não se sentirem mais representados pelas organizações existentes. Isto se evidencia, mais fortemente, durante as negociações de soluções para os atingidos pela seca de 1995. Inicialmente ele é criado no Rio Grande do Sul se expandindo para vários estados do Brasil e no Oeste Catarinense. Estes camponeses/as não concordavam com os termos e acordos em torno das propostas negociadas, e se desencadeia uma mobilização dos atingidos pela seca. Esta mobilização provocou junto a estes segmentos o aprofundamento da avaliação sobre o método de organização das lutas políticas e, sobre o modo de atuação dos movimentos, dando origem a proposta da criação de um novo movimento social.

Dentre estes vários movimentos segundo Vieira (2006), se organizaram uma ampla articulação para a constituição de uma organização internacional de movimentos camponeses, criada na Bélgica em 1993, denominada de Via Campesina. Esta articulação dos vários movimentos atua em diversos temas, tais como a Reforma Agrária; Agroecologia, Soberania Alimentar, Gênero, Direitos Humanos, Migrações e Trabalhadores/as Agrícolas Assalariados/as; Biodiversidade, Biosegurança e Recursos Genéticos. No Brasil fazem parte da Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Federação dos

Estudantes de Agronomia (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR), sendo que a grande maioria destes movimentos se encontra presente e com alguma atuação no Oeste Catarinense.

Além da presença dos movimentos mencionados, se fazem presentes, no Oeste Catarinense, as Organizações não Governamentais (ONG's), entidades que contribuem imensamente com a organização da resistência e da luta mencionamos aqui a Associação dos Pequenos agricultores do Oeste Catarinense (APACO) sendo a ONG de maior relevância para os camponeses da região, juntamente com os movimentos sociais, representando uma força que impulsionou a inspiração de propostas de organização da produção e mobilização.

Segundo Vieira (2006), na década de 1980 e início da década de 1990 se avançou nos debates em resistência ao modelo de desenvolvimento da “Revolução Verde”, se organizando um movimento denominado de Agricultura Alternativa, tendo características de questionar e denunciar os problemas que estavam sendo gerados como conseqüências da modernização e mercantilização da agricultura. Nesse período, eram poucas as iniciativas práticas e concretas de contestação. No centro dos movimentos de debates neste período se davam nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS). Nas articulações, destacava-se o Projeto de Tecnologias alternativas (PTA), criado em 1983, pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE). Desta articulação nasce a Assessoria e Serviços em Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que ampliou a Rede de Tecnologias Alternativas (TA), para várias regiões envolvendo várias organizações afins.

Neste momento como em muitas regiões do país, se origina um novo sistema agrário na região. O sistema agrário agroecológico, este reconhecendo todo o acúmulo e o modo de vida do camponês tradicional e envolvendo pesquisas através da organização social existente entre os movimentos sociais e os centros de pesquisa. Muitos pesquisadores, detentores de conhecimentos acumulados a partir de estudos acadêmicos, tanto em nível nacional, como internacional deram suporte ao desenvolvimento deste novo sistema, amparado pela luta política dos movimentos sociais.

Muitas organizações de camponeses/as assumem esta proposta de fazer agricultura, amparadas no capital ecológico, estabelecendo novas relações sociais entre trabalhadores rurais e urbanos. Esta nova proposta não é simplesmente uma forma de produzir diferente, mas sim um modo de vida diferente, abrangendo todas as dimensões do desenvolvimento humano e da natureza da qual se é parte.

A trajetória das organizações de camponeses/as têm se dedicado à construção e geração de uma série de referências já consolidadas no que se refere aos aspectos técnico-produtivos, organizacionais e metodológicos de promoção do desenvolvimento rural sustentável. Estes permitem a aceitação, por parte de diversas organizações de camponeses/as, de organizações da sociedade em geral e também de governos. A agroecologia vem sendo vista como uma importante estratégia para a viabilização e reprodução social da agricultura camponesa, para a preservação ambiental e para o alcance da segurança e da soberania alimentar do país com equilíbrio social e cultural, ambiental e econômico.

3.4. O convívio atual dos 3 sistemas agrários distintos na Região Oeste

3.4.1. Sistema de agrário tradicional

O sistema agrário tradicional no Oeste Catarinense, se caracterizou pela presença de povos indígenas e os denominados de caboclos que possuíam características próprias de reprodução. Conforme tratado anteriormente, a partir da década de 1920 inicia o processo de colonização da região ROVER (2012). Por várias décadas, este sistema agrário se auto-sustentava a partir de uma cultura própria dentro de seu modo de produção, mas com aprendizados dos povos tradicionais da região que se somava com o conhecimento empírico dos colonos. Não sendo diferente de outras regiões do país, é através do processo de mercantilização e modernização da agricultura que este sistema sofre rupturas e entra em crise pela interferência de fatores externos, como os mecanismos de mercado e da ausência de políticas públicas.

Na atualidade este sistema agrário na região é composto por um número de unidades familiares menor que o sistema agrário convencional. As unidades familiares que pertencem a este sistema agrário, aderiram em parte às tecnologias mercantilizadas e mantiveram as tradicionais, usando tecnologias de mercado que lhes proporcione alguma melhoria produtiva ou de diminuição da mão de obra a partir de uma interpretação bastante própria. As rupturas ocasionadas neste sistema agrário, podem ser consideradas como mencionada por Mendras (1984), apud, (WANDERLEY, 2003), que ao introduzir algo novo no sistema organizativo do modo de vida camponês, altera todo o seu sistema organizativo de produção e vida familiar. Neste processo se dão as rupturas do que era considerado parte integrante do modo de vida camponês, sendo que estes novos mecanismos o camponês não domina, por não ser um processo evolutivo interno, mas sim, mecanismos de mercado com interferências negativas na sua reprodução social. Os camponeses tradicionais da região Oeste Catarinense passam por este processo de interferências. Identificamos as diferentes características dos demais sistemas agrários demonstradas na Tabela 1 a partir do referencial teórico, e buscamos construir a Tabela 2 para demonstrar as mudanças ocorridas entre os camponeses tradicionais após o surgimento do sistema agrário convencional.

A relação que estes camponeses possuem com o ecossistema se diferencia parcialmente dos camponeses tradicionais mencionados no referencial teórico. No Oeste Catarinense estes camponeses passam por um processo de interferências externas com a substituição parcial de saberes tradicionais por conhecimentos mercantilizados associados ao uso de tecnologias externas. Em relação ao ecossistema identificamos um menor aproveitamento dos recursos disponibilizados pelo ambiente, com uso de técnicas contaminantes e degradantes ao ambiente. Em relação ao uso dos meios técnicos, identificamos a presença de novos elementos técnicos usados para efetuar manejos, como o uso da tração mecânica com uma relativa dependência dos insumos de mercados.

Os camponeses que compõem este sistema possuem dificuldade de ter um horizonte com garantia de reprodução, identificamos ameaças como a emigração dos jovens e uma relativa insatisfação com os resultados do sistema praticado. Neste processo de mercantilização, os

fatores externos passam a ter uma relevante ação nas unidades familiares, como uma influência parcial por empresas nos processos produtivos e na organização comunitária.

Os camponeses que praticam agricultura no sistema agrário tradicional, possuem certa autonomia perante suas tomadas de decisões, no diz respeito à organização da produção e à organização política, mas ao mesmo tempo, ficando sujeitos as políticas do mercado. Seu modo de vida ainda está mais condicionado à cultura do modo de vida camponês, e menos submetido às condições dos fatores externos do mercado.

3.4.2. Sistema agrário convencional

O sistema agrário convencional na região Oeste Catarinense é um sistema hegemônico que engloba a grande maioria das unidades familiares. Ao analisar esse sistema, percebemos que se encontra em condições de vulnerabilidade no que diz respeito à dependência externa. Essa dependência se dá a partir de mercados regionais e internacionais com mecanismos que impõem o modo de fazer agricultura deste sistema.

As tomadas de decisão em relação ao processo produtivo entre o que plantar e quando plantar, geralmente são decididas por agentes externos à unidade familiar. Esta interferência nas tomadas de decisões estão cada vez mais presentes no modo de produção camponês convencional. A agricultura empresarial (PLOEG, 2006), provoca alterações no processo produtivo e organizacional destes camponeses/as, como em qualquer grande propriedade, o que muda, nestes casos, é a execução das atividades, pois a matriz produtiva é a mesma, enquanto que nas unidades familiares convencionais é a família que executa as atividades, sendo que nas grandes propriedades são trabalhadores assalariados.

Para dar conta de identificar as características do sistema agrário convencional, buscamos analisar como no sistema anterior, e construir na Tabela 2, as características dos camponeses na atualidade da região Oeste Catarinense. Encontramos algumas características diferentes das que foram construídas na tabela 1 do referencial teórico, associadas principalmente a degradação e contaminação do ecossistema. Neste aspecto, podemos mencionar que as inovações tecnológicas como novos

agrotóxicos e sementes transgênicas, têm contribuído para esta aceleração, tornando os camponeses mais dependentes do que mencionados no referencial teórico. Os meios técnicos têm sido estruturados numa perspectiva de dependência do capital agroindustrial, com disponibilização de volumosos recursos para facilitar a mecanização, processo de mecanização que tem diminuído a agrobiodiversidade e aumentado os monocultivos com produção especializada.

Identificamos, nos camponeses que compõem o sistema agrário convencional, características diferentes das que encontramos no referencial teórico demonstrados na Tabela 1. Como mencionado anteriormente demonstraremos estas características na Tabela 2, sendo que os camponeses que compõem este sistema diminuiram a participação comunitária e aumento do êxodo rural, principalmente entre os jovens. Estas alterações têm uma relação direta com os fatores externos, onde se estruturou um controle do mercado sobre os processos produtivos, com relações mediadas por empresas e instituições. Neste aspecto, a comunidade perdeu a influência na organização da produção.

Identificamos uma relação mais dependente dos mercados deste sistema agrário. A intensificação do uso de insumos externos é um dos fatores presentes neste sistema na atualidade. Percebemos que o mercado na região atua subordinam a produção e a comercialização, a partir de uma demanda com mecanismos internacionais. Os camponeses/as que praticam agricultura neste sistema, cada vez mais, agem através de uma racionalidade do capital, distanciando-se das características do campesinato tradicional.

3.4.3. Sistema agrário agroecológico

O sistema agrário agroecológico, como já mencionado anteriormente, é o mais recente na região, vem se construindo através da mediação de várias instituições entre ONGs, Cooperativas, Movimentos Sociais e Universidades. Estes atores realizam ações, juntamente com os camponeses/as que compõem estas organizações, para construir um sistema que seja sustentável e agregue o ser humano como parte da natureza, estabelecendo também relações próximas entre trabalhadores urbanos e rurais. Na região, este é o sistema que agrega menor número de

unidades familiares, enfrentando dificuldade em se reproduzir. Estas dificuldades se dão a partir das pressões do modelo convencional, como a contaminação de sementes, do solo, a falta de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento do sistema através de ATER, a organização da produção e comercialização. A campo, identificamos características dos camponeses/as que compõem este sistema, bastante próximas às do sistema agrário tradicional. Abordamos as características deste sistema no Oeste Catarinense, bem como nos sistemas anteriormente descritos. Estas características foram tabeladas, como nos demais sistemas, na tabela 2.

Este sistema se estrutura no Oeste como uma proposta sócio produtiva que contemple as várias dimensões do desenvolvimento humano, possibilitando que o camponês seja protagonista de sua própria história. Este camponês busca, a partir do ecossistema, manter os saberes tradicionais, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na Unidade Familiar, numa perspectiva de regeneração daquele ambiente em que está inserido. Busca, através dos meios técnicos, o uso de tecnologias menos dependentes e que proporcionem menores impactos ambientais, com priorização da produção e de uma elevada diversidade de plantas e animais. Os grupos humanos buscam estabelecer fortes relações sociais, tanto para a reprodução cultural, quanto na construção de conhecimentos coletivos, através da cooperação entre os camponeses/as. Buscam a construção de autonomia perante os fatores externos, com influência das organizações próprias nos processos produtivos.

O sistema agrário agroecológico se estrutura na região Oeste de Santa Catarina como uma proposta de agricultura que promove o desenvolvimento de sistemas de produção de base sustentável. Os camponeses/as, através da história sempre buscaram encontrar soluções para os problemas encontrados. Os que trabalham com o sistema agroecológico avaliam que, ao produzirem baseados em princípios de sustentabilidade, reencontram a continuidade da vida e da própria humanidade. Por este caminho é que as organizações que fomentam este sistema, identificam que a produção agroecológica é uma proposta totalizante, em todas as suas dimensões. Do contrário, é facilmente incorporada pelo discurso hegemônico, com o risco de desestruturação de experiências pelas concessões e, através de pressões de mercado, impostas pelos mecanismos externos. Entendendo estas pressões, o

camponês busca clareza na construção de ações coletivas, dentro de uma estratégia mais ampla de reprodução e recampesinização.

TABELA 2 – Caracterização dos diferentes sistemas agrários na região Oeste Catarinense.

TRADICIONAL	CONVENCIONAL	AGROECOLÓGICO
Relação com os Ecossistemas		
Menor presença de saberes tradicionais;	Pouca presença de saberes tradicionais;	Bastante presença de saberes tradicionais;
Pouco aproveitamento dos recursos naturais;	Não aproveitamento dos recursos naturais;	Alto aproveitamento dos recursos naturais;
Possui média presença da biodiversidade;	Pouca presença de biodiversidade;	Alta presença de biodiversidade;
Meios Técnicos		
Uso de tração animal e mecânica;	Uso de tração mecânica;	Uso de tração mecânica e animal;
Média a alta dependência dos insumos de mercados;	Alta dependência de aquisição de insumos em mercados externos;	Pouca dependência de mercados externos;
Práticas agrícolas de médio impactos ambientais;	Práticas agrícolas com intenso impactos ambientais;	Práticas agrícolas baixo impacto ambiental;
Policultivos	Monocultivos;	Policultivos;
Produção semi artesanal e industrial;	Produção industrial especializada;	Produção semi artesanal especializada;
Grupos Humanos		
Relativa participação comunitária	Menor participação comunitárias;	Fortes relações comunitárias;
Presença parcial do êxodo rural;	Maior presença do êxodo rural;	Menor presença do êxodo rural;

Continuação.....

TABELA 2 – Caracterização dos diferentes sistemas agrários na região Oeste Catarinense, (continuação...).

TRADICIONAL	CONVENCIONAL	AGROECOLÓGICO
Grupos Humanos		
Média presença na relação de cooperação;	Pouca presença na relação de cooperação;	Presença na relação de cooperação;
Média participação nas organizações políticas dos camponeses/as;	Menor participação nas organizações políticas dos camponeses/as;	Maior participação nas organizações políticas dos camponeses/as;
Fatores Externos		
Relativa influência pelo mercado nos processos produtivos;	Controle das empresas sobre processos produtivos;	Influência parcial por organizações nos processos produtivos;
Influência da comunidade na organização da produção;	Pouca influência da comunidade na organização da produção;	Pouca influência da comunidade na organização da produção;
Educação não adequada aos filhos/as;	Educação não adequada aos filhos/as;	Educação não adequada aos filhos/as;
Origem dos saberes próprios;	Origem dos saberes através de empresas;	Origem dos saberes através de organizações dos camponeses/as;

Fonte: Dados de campo (2012).

Os resultados dos dados da tabela – 2 se diferenciam parcialmente da Tabela – 1, por serem específicos da região Oeste Catarinense.

Percebemos, através destes dados que os camponeses/as que fazem parte do sistema agrário tradicional demonstram presença do processo de modernização e mercantilização dentro dos sistemas de produção, de maneira que apresentam características do sistema agrário convencional. Mas percebemos também a presença de uma cultura clássica camponesa neste sistema no que se refere a manutenção e origem dos saberes

tradicionais, mas paralelo também identificamos a presença de rupturas proporcionadas pela pressão da modernização e mercantilização da agricultura. A recampesinização é pouco presente, isso se devendo ao fato de que a descampesinização quase não ocorreu neste sistema.

Em relação aos camponeses/as que fazem parte do sistema agrário convencional, ao se comparar as tabelas 1 e 2, identifica-se uma maior presença do processo de modernização e mercantilização, principalmente nas decisões sobre os processos produtivos, o que plantar e quando plantar, ficando subordinados à comercialização da produção para os fornecedores de insumos. Outro fator que tornou os camponeses destes sistemas mais dependentes foram as tecnologias produtivas, pois, se estes não se enquadram nas ofertas do mercado, sentem-se excluídos no momento da colheita e da comercialização de seus produtos. Estas pressões levam os camponeses/as, que fazem parte deste sistema, a tornarem-se mais dependentes dos meios externos, perdendo cada vez mais sua autonomia.

Os camponeses/as que fazem parte do sistema agrário agroecológico, se encontram em processo de construção de um sistema que busca a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Eles/as ainda demonstram certa dependência dos fatores externos na aquisição de insumos, mas em menor escala do que o sistema tradicional e convencional. Possuem autonomia relativa e, encontra-se presente o processo de recampesinização. No processo de construção deste sistema, passam a existir rupturas através do abandono de tecnologias mercantilizadas, passando a usar tecnologias disponibilizadas pela natureza. Busca-se em relação ao processo de modernização e mercantilização a construção de autonomia e desenvolvimento de equilíbrio entre as relações de produção e no domínio de tecnologias, para efetuar plantios e sua reprodução familiar.

CAPÍTULO – 4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. Tipo de estudo

Este estudo, parte do pressuposto teórico-filosófico do materialismo histórico dialético e, que tem como base os referenciais marxistas (MARX, 2008), por isso, compreende que a base material estabelecida nas relações sociais é fruto do desenvolvimento histórico, movido no processo dialético resultante da relação entre o ser humano e a natureza. De igual forma, a maneira que o ser humano desenvolve para compreender a realidade, não é única nem permanece a mesma porque, ou é reflexo, ou reflete as condições, o desenvolvimento histórico em sua base material concreta e necessariamente as formas de como os sujeitos históricos utilizam para dar respostas às suas necessidades concretas. Assim, sendo oriunda das condições materiais e estando nela pautada, diferentes aspectos compõem a organização social e a totalidade.

As necessidades que caracterizam um determinado momento histórico em uma determinada sociedade, seu estágio de desenvolvimento, a organização social, o desenvolvimento tecnológico, as idéias produzidas são aspectos que determinam certa identidade para o conhecimento produzido, porque é revelador do momento histórico em que o conhecimento, seu método, foi produzido. No processo de desenvolvimento ocorrem mudanças na produção do conhecimento e da Ciência e, com isso, trazem também mudanças e novas possibilidades de interferência humana sobre a natureza e sobre a realidade. Nesse aspecto, há também mudanças no movimento do pensamento em direção ao objeto e, portanto, há mudanças de tratamento da objetividade nas diferentes Ciências (FRIGOTTO, 1998).

A contradição possibilita e causa o movimento e, podemos afirmar, como consequência, a transformação, sentido que nos faz também manter iniciativas constantes de compreensão e apreensão da realidade e de suas mudanças diante do movimento que a perpassa (VÁZQUEZ, 1977).

4.2. Local de estudo

A pesquisa se desenvolveu em 07 (sete) municípios da Região Oeste do estado de Santa Catarina, com o seguinte número de unidades familiares: Novo Horizonte 10 (dez), Formosa do Sul 11 (onze), Irati 08 (oito), Quilombo 09 (nove), Coronel Martins 08 (oito), São Domingos 07 (sete) e São Lourenço do Oeste 08 (oito). Nestes municípios a produção agropecuária regional, é predominantemente familiar, 95% da mão de obra ocupada nos estabelecimentos agrícolas provém dos componentes do núcleo familiar (IBGE, 2000). A grande maioria da população residente nestes municípios, provém do meio rural, sendo que a renda agropecuária regional depende basicamente do leite, milho, suínos, feijão, fumo e aves. Outro fator que contribuiu para a escolha dos municípios na realização da pesquisa se deu por, existirem organizações políticas e produtivas, que criaram condições para que se desenvolvessem os três sistemas agrários pesquisados.

4.3. População e amostra do estudo

A partir da definição dos municípios, as unidades familiares que fizeram parte da pesquisa foram divididas em três grupos. O primeiro grupo camponeses/as que atuam com agricultura no sistema agrário tradicional. Neste grupo foram pesquisadas 21 (vinte e uma) unidades familiares, o segundo grupo camponeses/as que praticam agricultura no sistema agrário convencional, neste grupo foram pesquisadas 25 (vinte e cinco) unidades familiares e o terceiro grupo de camponeses/as que praticam agricultura no sistema agrário agroecológico, neste grupo foram pesquisadas 15 (quinze) unidades familiares.

Para definição das unidades familiares tomamos como base as características técnicas de cada sistema agrário e identificamos as unidades familiares mais próximas à realidade pesquisada. Para esta definição contamos com o envolvimento de agentes locais que atuam em instituições de abrangência municipal. Estes agentes, juntamente com o pesquisador, identificaram caracteristicamente a realidade das unidades familiares e suas relações estabelecidas em nível municipal com as empresas agropecuárias, cooperativas de grande por, cooperativas

familiares de abrangência municipal, e organizações camponesas como a Rede Ecovida de Agroecologia e associações. Buscamos a partir da identificação, fazer contato pessoal para certificar de que as unidades familiares praticam agricultura nos diferentes sistemas, realizado agendamento para pós realização da pesquisa.

4.4. Instrumentos de estudo

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo e que, conforme Minayo,

(...) responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações,(....) (MINAYO, 1996, p. 21).

Apoiados nessa concepção e entendendo que o universo das subjetividades encontra-se estreitamente vinculado à materialidade social, procuramos quantificar a análise para precisar os dados levantados nas entrevistas dos camponeses/as. Temos como principais instrumentos a revisão bibliográfica do tema em questão e a entrevista estruturada com (questionário no anexo 1), individual, bem como a observação resultado de nossa prática junto a estes sujeitos na região.

No aspecto bibliográfico foram levantados conceitos e reflexões a partir dos principais temas que fazem parte das dimensões investigadas como campesinidade, recampesinização, modernização e mercantilização, perda de saberes tradicionais, sistema agrário tradicional, convencional e agroecológico e reprodução camponesa.

A pesquisa foi dividida entre três fatores para que pudéssemos compreender de forma mais profunda as relações estabelecidas pelas unidades familiares como os componentes dos sistemas agrários.

- Agrobiodiversidade
- Autonomia e relação com os fatores externos
- Organização dos processos produtivos

Estes critérios permitiram facilitar os entendimentos dos resultados obtidos pelas entrevistas a partir de cada sistema agrário pesquisado, buscando repostas aos objetivos propostos.

CAPITULO 5 – REPRODUÇÃO NA CULTURA CAMPONESA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

O Oeste Catarinense foi ocupado por diferentes grupos sociais como já mencionado anteriormente. Esta ocupação nem sempre foi pacífica, a luta por resistência em relação aos indígenas e camponeses sempre estiveram marcadas nesta Região com apoio de organizações que se identificavam com estes grupos sociais. A reprodução dos camponeses sempre estiveram bem próximas as condições naturais dos ambientes que estavam expostos e das políticas públicas que influenciaram na organização socioprodutiva destes grupos. Historicamente tivemos duas grandes transformações que ocorreram na reprodução camponesa na região pela influência do setor público e do capital privado a partir da Lei de Terras de 1850. A primeira transformação foi com a demarcação de terras e consequentemente pela ocupação de colonos oriundos de outras regiões, nesta época se colocou um limite na reprodução dos “caboclos” e indígenas. A segunda se deu com o processo de mercantilização e modernização da agricultura, que tem provocado rupturas na condição camponesa no que diz respeito ao uso da terra, realocação dos filhos/as, organização política. É neste contexto que inicia um processo de descampesinização com forte emigração para ambientes urbanos.

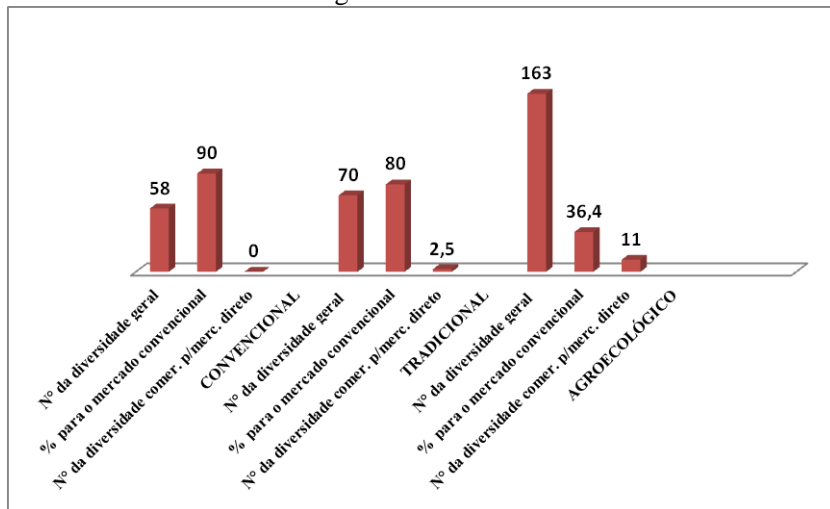
Demonstraremos no capítulo que segue as rupturas e continuidades da cultura camponesa na região, a partir do estudo relativo aos três sistemas agrários pesquisados. Identificamos diferenças importantes entre os sistemas nos três fatores: agrobiodiversidade, autonomia e relação com os fatores externos e organização dos processos produtivos. Estes elementos foram relacionados com os resultados obtidos a partir das entrevistas de campo objetivando dar condições de identificar a relação camponesa com a recampesinização, a reprodução, mercantilização e modernização, na busca de respostas sobre os rumos da agricultura camponesa no Oeste de Santa Catarina.

5.1. Agrobiodiversidade

A agrobiodiversidade sempre foi elemento central no desenvolvimento e sustentabilidade dos camponeses/as, esta prática lhes proporcionou historicamente o desenvolvimento e acúmulos de saberes tradicionais por eles próprios através da observação e experimentação. O camponês a partir de sua relação com a biodiversidade se constitui num todo, pertencente na totalidade da natureza, este pertencimento pressupõe respeitar a harmonia e as contradições internas desta totalidade, (CARVALHO, 2013). Ao apresentarmos os dados da Tabela 1, percebemos que quando dividimos os camponeses/as em três sistemas agrários de produção, no sistema agrário tradicional identificamos uma forte presença da agrobiodiversidade. Já no sistema convencional, esta presença está pouco presente, na medida em que essa se dá pela demanda do mercado, onde prioriza algumas culturas que aumentam a dependência com aporte de tecnologias externas, e produção sob demanda de mercado para produção de alguns commodities. Em relação as características que fazem parte do sistema agrário agroecológico, identificamos também como no tradicional a presença forte da agrobiodiversidade, sendo que este sistema, além de priorizar esta diversidade como princípios de produção, se preocupa em fazer o resgate desta diversidade numa perspectiva de recampesinização e reorganização produtiva.

Na Tabela 2, são demonstrados os resultados dados de campo revisão bibliográfica da região Oeste de Santa Catarina, os quais se apresentaram um pouco diferente da Tabela 1. Os camponeses/as que fazem parte do sistema agrário tradicional diminuíram a presença da agrobiodiversidade em relação ao sistema agrário agroecológico, já o sistema convencional apresentam-se como o sistema que possui a menor diversidade. Observamos estes resultados no gráfico 1, que apresenta a presença da agrobiodiversidade nos três sistemas pesquisados.

Gráfico 1 – Diversidade de espécies, variedades e raças que são cultivadas nos três sistemas agrários.



Fonte: Dados de Campo (2012)

O gráfico demonstra que o sistema agrário tradicional se encontra numa condição intermediária em relação à manutenção da agrobiodiversidade. Percebemos que ocorreram perdas neste sistema podendo ser identificadas como rupturas, mas menos acentuadas que o sistema agrário convencional. Identificamos também que a comercialização é feita quase em sua totalidade para o mercado convencional, ficando muito próxima ao sistema convencional e distante do sistema agroecológico. Este tipo de mercado não permite aos camponeses/as propor e praticar preços considerados justos, pois os preços do mercado convencional são ditados por agentes externos. A comercialização para o mercado direto é quase inexpressiva, sendo que este mercado se apresenta através de feiras, mercado colonial e direto na unidade familiar, permitindo haver negociação de um preço mais justo para os camponeses/as na hora de praticar a venda.

A pouca presença de comercialização para o mercado direto no sistema tradicional, se dá pelo pouco fomento das organizações sociais, pois como demonstrado no gráfico 15, a relação institucional com

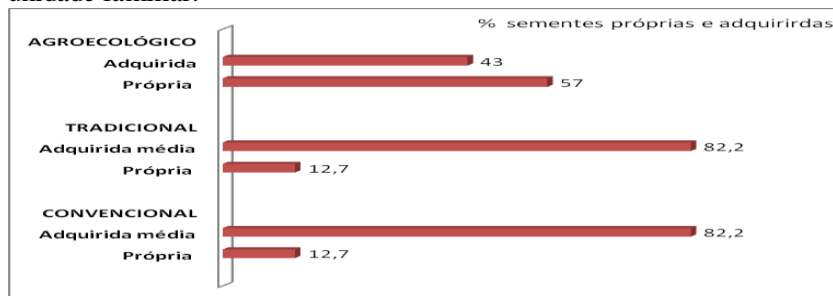
organizações de representação neste sistema, apresenta fragilidade em relação ao sistema agroecológico, então este sistema acaba ficando mais condicionado à demanda dos mercados.

Ao analisar o sistema agrário convencional, identificamos ser o sistema que possui a menor presença da agrobiodiversidade, este produzindo de forma mais alinhada com a demanda do mercado. Em relação à comercialização para os mercados alternativos, este sistema não faz, pois comercializa toda sua produção com o mercado convencional.

No sistema agrário agroecológico, o número da diversidade se apresenta de maneira mais expressiva do que os demais sistemas. Esta realidade se apresenta pelo fato que o sistema agrário agroecológico tem como princípio produtivo a manutenção e o resgate da agrobiodiversidade para gerar sustentabilidade, realizado através de trocas entre vizinhos e através de espaços como feiras. Outro fator que determina a importância da agrobiodiversidade neste sistema é a busca de independência dos mercados no fornecimento de sementes para efetuar seus plantios na produção de alimentos. Quando analisada a quantidade comercializada para o mercado convencional, identificamos que existe uma porcentagem bem menor que os demais sistemas. Ao analisamos o número da diversidade comercializada, fica muito próximo ao sistema convencional e tradicional, neste caso o que difere é o que se produz para além dos mercados. Já para o mercado direto é o sistema que mais comercializa, analisamos que a comercialização é feita apenas de 36,4% dos produtos, a maior parte da diversidade é para o sustento familiar e 11% para mercados diretos.

Na comercialização direta este sistema se apresentou de maneira mais expressiva que os demais, na medida em que o rumo busca construir novas relações de mercado, sendo construídos através da aproximação dos trabalhadores urbanos e rurais como já mencionado através de instrumentos como feiras, mercados coloniais e venda direta na unidade de familiar.

Gráfico 2 - Diversidade das sementes externas e internas cultivadas na unidade familiar.



Fonte: Dados de campo 2012.

Em relação à diversidade das sementes cultivadas na unidade familiar, percebemos que, um fator que chama a atenção, é que o sistema tradicional e convencional possuem a diversidade de maneira igual. Atribuímos que os meios técnicos de manutenção de sementes e padronização nos plantios a partir de lógica produtivista mercantilizada pode ser o fator determinante da menor manutenção desta diversidade, estes sistemas diminuem sua autonomia por efetuarem seus plantios com sementes de origem externa.

O sistema agrário agroecológico possui uma maior presença de diversidade de sementes próprias em relação ao sistema agrário convencional e tradicional. Neste caso eleva sua autonomia perante os mercados referente ao que plantar e quando efetuar seus plantios, junto a esta diversidade de sementes se encontram saberes tradicionais associados lhes proporcionando uma maior campesinidade.

Identificamos que no sistema agrário tradicional houveram perdas da agrobiodiversidade, estes rompimentos dificultam a manutenção da diversidade associada aos saberes tradicionais. As rupturas mais profundas ocorreram no sistema agrário convencional, este demonstrando estar numa lógica produtiva profundamente mercantilizada. No sistema agrário agroecológico é possível de se identificar um processo de reorganização e recampesinização. Este processo se identifica pela inserção em um sistema agrário que busca o resgate e a manutenção da biodiversidade associada aos saberes tradicionais, buscando manter esta

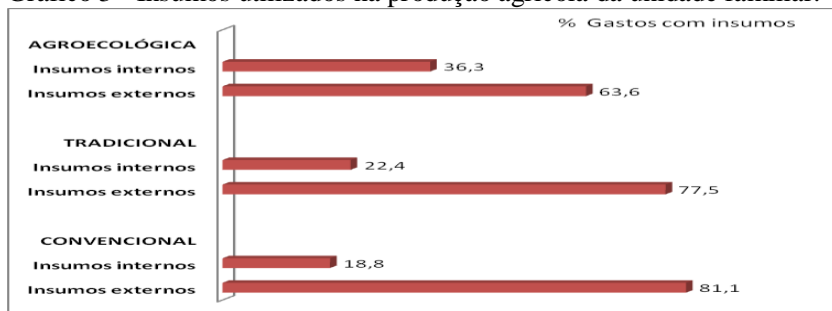
diversidade através da participação institucional formal e informal em espaços coletivos, aspectos que serão demonstrados no gráfico 15.

5.2. Autonomia e relação com os fatores externos

Ao analisarmos a autonomia e a relação com os fatores externos, percebemos que os camponeses/as que fazem parte dos três sistemas agrários pesquisados, estabelecem diferentes relações com estes fatores. Historicamente os camponeses/as tradicionais estabeleciam suas relações mais próximas, entre vizinhos, comunidade e região, de uma forma que o conhecimento construído se dava de maneira endógena, nas unidades familiares através da socialização entre os camponeses/as. Com o processo de modernização e mercantilização da agricultura, inicia interferências externas na organização da produção, comercialização e na organização política destes camponeses/as, fortalecendo uma cultura individualista e competitiva a partir da racionalidade do capital.

Este processo de modernização é o mecanismo que levou estes agentes externos a interferirem no modo de vida camponês, em sua autonomia, através de instrumentos como a ATER, crédito, pesquisa e extensão, e acordos de comércio com priorização de produtos que tivessem uma maior aceitação pelo mercado. Esta ação dos fatores externos desarticulou o saber camponês associado à agrobiodiversidade de uma forma que a maior parte das unidades familiares, se tornou dependente destes fatores. Os dados dos gráficos a seguir apresentam respostas mais concretas em relação a esta interferência externa.

Gráfico 3 - Insumos utilizados na produção agrícola da unidade familiar.



Fonte: Dados de campo (2012).

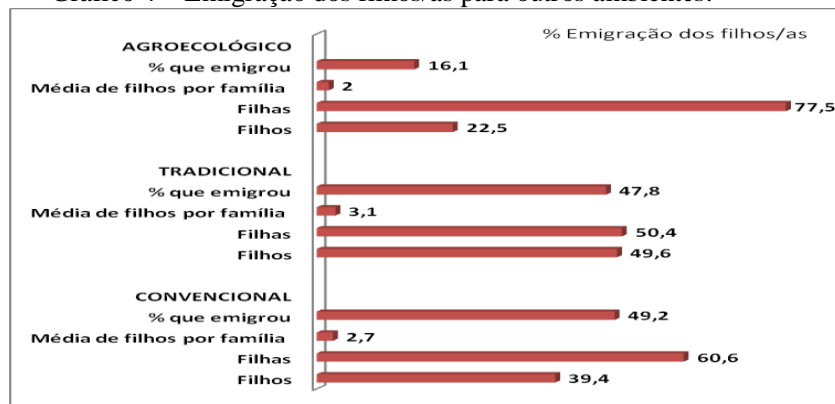
O gráfico 3 apresenta dados sobre os insumos utilizados na produção agrícola são adquiridos fora da unidade familiar ou se são oriundos da mesma. O sistema agrário tradicional possui menor dependência que o sistema agrário convencional, mas maior dependência em relação ao sistema agrário agroecológico. O sistema tradicional neste caso apresenta rupturas em relação ao sistema tradicional clássico estudado na revisão teórica. A dependência de insumos oriundos de maneira externa torna os camponeses deste sistema dependentes de tecnologias externas para promover a agricultura.

O sistema agrário convencional é o sistema que demonstra estar mais dependente na aquisição de insumos externos, este fator se deve ao plantio estar numa condição mais mercantilizada que os demais sistemas. Este sistema já nasce com uma demanda externa e cada vez mais se moderniza gerando maior dependência. Esta dependência permite que fatores externos cada vez mais influenciem nas decisões tomadas na unidade familiar. Esta pressão socioprodutiva imposta pelo mercado leva os camponeses/as a gradativamente ir rompendo com os processos produtivos tradicionais, inserindo-se cada vez mais numa lógica mercantilizada.

No sistema agrário agroecológico, o processo de modernização associado à mercantilização é menos presente que os demais, isso permite ao camponês poder exercer uma maior autonomia em relação a suas tomadas de decisões sobre a execução dos plantios e da comercialização. O que identificamos de semelhante nos três sistemas, é que todos

possuem mais dependência dos fatores externos do que autonomia familiar.

Gráfico 4 – Emigração dos filhos/as para outros ambientes.



Fonte: Dados de campo (2012).

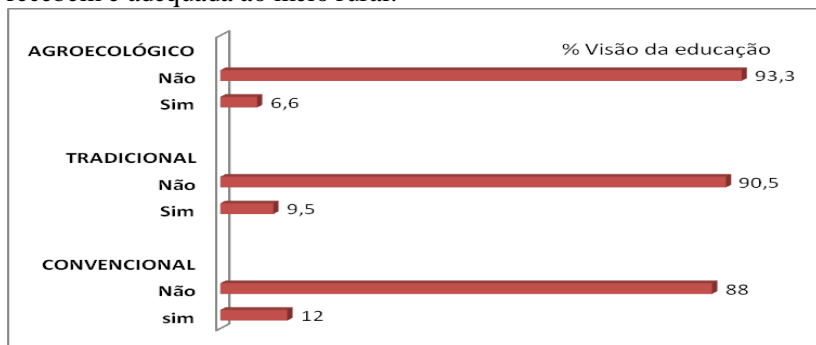
Quando analisado os dados do gráfico 4, percebemos que o sistema agrário tradicional é o sistema que possui uma média maior de filhos/as por unidade familiar, nos dando a entender que a tradição ou sendo até uma estratégia de sustentabilidade familiar ter um número elevado de filhos/as ainda está mais presente que nos demais sistemas. Ao nos referirmos à emigração, identificamos que este sistema fica em uma condição intermediária aos demais sistemas.

O sistema agrário convencional possui uma média menor de filhos/as por unidade familiar que o sistema tradicional, mas maior que o sistema agroecológico. Em relação à emigração dos filhos/as, este é o sistema que apresenta os maiores índices. Um dos fatores que pode ser atribuído a maior emigração é a presença mais acentuada da mecanização, dispensando mão de obra. Outro fator é a busca de trabalho menos penoso, dado que mesmo a agricultura mecanizada exige bastante trabalho. Quando analisados outros gráficos, buscamos algumas respostas para este que estamos analisando. Nos gráficos 10, 11, os camponeses/as que compõem este sistema, avaliam de maneira negativa os resultados econômicos e ambientais obtidos. Esta avaliação reflete no horizonte

projetado para os filhos/as, se os pais avaliam negativamente, esta visão é reproduzida na unidade familiar dificultando a escolha dos filhos pela permanência nestes ambientes.

O sistema agrário agroecológico é o sistema que possui a menor média de filhos/as por unidade familiar. Também identificamos que este sistema é o que possui o menor índice de emigração dos filhos/as. Ao contrário do sistema convencional, a avaliação que os entrevistados deste sistema fazem em relação aos resultados econômicos, sociais e ambientais, bastante positivo, nos levando a acreditar que esta avaliação contribui para gerar um ambiente familiar positivo para exercer sua reprodução.

Gráfico 5 – Percepção sobre se a educação formal que receberam ou recebem é adequada ao meio rural.



Fonte: Dados de campo (2012).

No gráfico 5, o mais relevante é o fato de que os camponeses/as dos três sistemas agrários possuem uma avaliação que a educação formal recebida é direcionada a realidade urbana, contribuindo para a emigração dos jovens.

Segundo os pais a educação formal não condiz com a realidade do campo, ela age de forma a negar esta realidade, uma vez que a mesma se estrutura a partir de um não preparo dos educadores para dar conta de associar os conteúdos de acordo com a diversidade encontrada.

Expressamos aqui algumas falas dos entrevistados do sistema agrário tradicional, para termos uma compreensão mais profunda da situação, segundo eles a educação é:

“O estudo não tem utilidade para a agricultura”

“Não tem nada para a agricultura”

“Não ensina para o trabalho na roça”

“Não incentiva a agricultura”

“Ela não é diferenciada para”

“A prática mostra que não, pois o pessoal não ta ficando”

“É voltada para as necessidades da cidade”

“É voltado para o funcionalismo”

“Por que acham que na cidade tem a liberdade”

“O povo não enxerga que o Brasil é agrícola”

“Incentiva a buscar emprego”

“Não educa para ficar no meio rural”

“É voltada para a cidade”

“Não fala da realidade, pois o estudo incentiva para ir para cidade”

“Não é adequada para trabalho na roça”

“Não diz respeito com a realidade da agricultura”

“Por que só mostra cidade e seus trabalhos”

“A educação ensina para trabalho”

“Por que não dizem que é bom ficar na roça”

Os entrevistados que compõem o sistema agrário convencional avaliam da seguinte forma:

“Ensina para a Cidade”

“Não tem formação na área agrícola”

“Incentiva para trabalhar na cidade”

“Não ensina o que precisa para a roça”

“Incentivo ao emprego”

“Por que a educação não é voltada para a agricultura”

“É estudado o que não usa na roça”

“Não tem nada a ver com a agricultura”

“Ensina o que não é para agricultura”

“É mais voltada a cidade”

“Não é usado o estudo na pratica da agricultura”

“Tem conteúdos que necessita , principalmente ler”

- “O estudo é voltado à realidade da cidade”
- “Não da visão voltada para a agricultura”
- “Preparada a educação para estudar coisas da cidade”
- “Não direciona para a agricultura”
- “Não incentiva ao trabalho na roça”
- “Voltado para empresas”
- “Não ensina práticas de agricultura”
- “Não incentiva a agricultura”
- “Não incentiva a ficar na roça”
- “Foi a educação que tirou o jovem do campo”

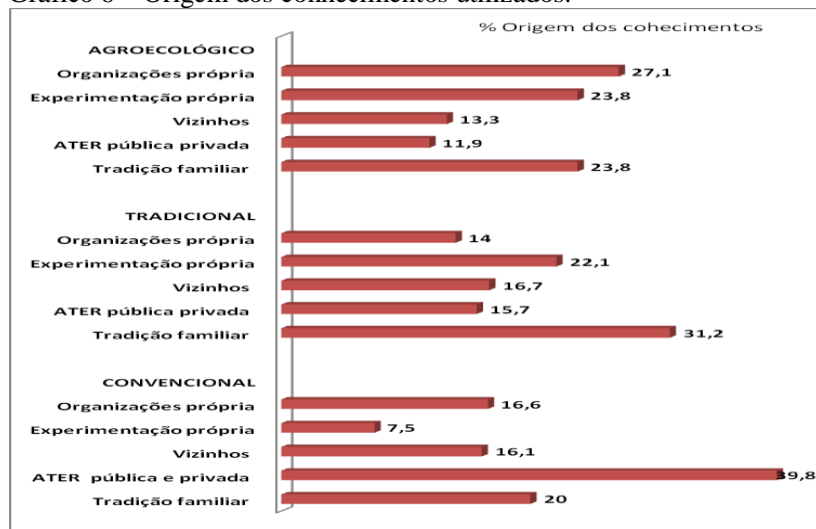
Os entrevistados que compõem o sistema agrário agroecológico avaliam da seguinte forma:

- “Não educa para a realidade do campo e não tratam o agricultor como ser humano”
- “Estudo não incentiva a ficar na roça”
- “É Voltada para o trabalho na cidade”
- “Não fala nada da raiz da agricultura”
- “Incentiva a viver na cidade e a consumir o que tem na cidade”
- “Prepara para o mercado da cidade”
- “Poderia ser melhor”
- “Por que não tem nada voltado para agricultura”
- “O estudo não condiz com a realidade da agricultura”
- “Trabalhada a ideologia da juventude para ser massa de trabalho urbano”
- “É direcionada com ensino para o urbano”

O modelo de ensino formal nega e inferioriza a forma como vivem os camponeses/as na sua diversidade, expressado a partir de suas falas. A partir do processo de modernização do campo a educação se referenciou no desenvolvimento urbano como sinônimo de uma vida melhor. Não se conseguiu e nem se teve interesse por órgãos de governo repensar a maneira como se dava o processo de formação do campo e do meio urbano. De um lado de forma hegemônica temos a representação estatal a serviço do capital dedicando-se a construção de processos educacionais com seus conteúdos específicos, de outro um movimento popular com uma proposta contra hegemônica na construção de uma educação que abordasse o camponês como sujeito histórico e portador de especificidades culturais. Este movimento ainda busca construir uma

educação que consiga construir conhecimentos correspondentes a realidade do campo, mas com dificuldades de implementação por não ser de interesse do modelo de educação atual.

Gráfico 6 – Origem dos conhecimentos utilizados.



Fonte: Dados de campo (2012).

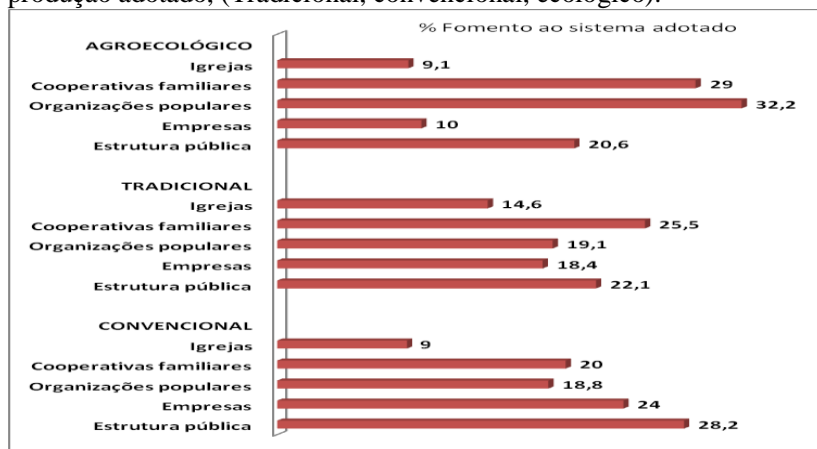
Quando observado o gráfico 6, identificamos que para a maioria dos camponeses que compõem o sistema agrário tradicional, a maior fonte de origem dos conhecimentos utilizados é da tradição familiar, enquanto que no sistema agrário convencional é da ATER pública e privada, e no sistema agrário agroecológico a origem é das organizações próprias dos camponeses/as, sendo estas associações, cooperativas familiares, grupos de cooperação e movimentos sociais.

Percebemos que no sistema agrário agroecológico e tradicional, a ATER pública e privada ficam com pouca relevância, demonstrando que suas relações com os fatores externos neste gráfico ficam pouco expressivas. Se as origens dos conhecimentos são de seus próprios instrumentos de vida e luta sociopolítica, é também ali onde se constroem os principais rumos a serem tomados por estes camponeses/as, definindo

sua campesinidade. Neste contexto, é possível uma leitura mais clara de que o campesinato tem que atuar como um movimento político, construindo espaços que sejam reconhecidos por eles, seja na perspectiva da organização da produção, na formação ou na luta política.

Já a maioria dos entrevistados do sistema agrário convencional tem origem dos conhecimentos através de agentes externos no caso a ATER pública e privada, constrói sua estratégia produtiva a partir destes agentes, ficando dependentes dos rumos construídos e direcionados por eles, interferindo diretamente na sua autonomia.

Gráfico 7 – Instituições que fomentaram a produção a partir do sistema de produção adotado, (Tradicional, convencional, ecológico).



Fonte: Dados de campo 2012.

Em relação às instituições, no gráfico 7 identificamos que no sistema agrário tradicional a primeira responsável pela adoção do sistema agrário praticado, são as cooperativas familiares e a estrutura pública em segundo lugar, identificamos aqui uma certa interferência dos mecanismos externos pela ATER pública e pelas cooperativas. As cooperativas podem ser consideradas como instrumentos de produção próprios dos camponeses, mas sujeitos à interferências do mercado nos processos produtivos e comercial tendo que em muitos casos estar a

serviço do capital e não dos próprios camponeses, não priorizando a autonomia camponesa.

No sistema agrário convencional, a primeira responsável pelo sistema agrário adotado é a estrutura pública e as empresas como segunda. Demonstrando ter uma grande interferência promovida por estes agentes externos, o setor público como promotor do sistema convencional tem se mostrado cada vez mais atuante para promover uma agricultura dependente e excludente. Na região pesquisada, a ACARESC, atual EPAGRI, foi a principal fonte de disseminação da agricultura convencional através de um “modelo” de assistência numa visão empírico-positivista da realidade, permeada por uma ideologia liberal que se operacionalizava numa proposta comunitarista, educacional, alienante e descompromissada com os interesses reais e imediatos dos camponeses/as. Baseada na organização de “comunidades”, grupos de camponeses/as para introduzir técnicas consideradas modernas de produção, mudança de práticas alimentares, e de toda a organização social. Introduzido na prática era levado a campo através da organização de programas envolvendo atividades para homens, mulheres e jovens, como o Programa “Saber Servir Sentir Saúde - 4 SSSS, (FONSECA, 1985).

Para o sistema agrário agroecológico, o maior fomento é feito a partir de instituições que possuem um maior grau de pertencimento, neste caso as organizações populares sendo os movimentos sociais, associações e grupos de cooperação e as cooperativas familiares, diferente do sistema tradicional e ainda mais do sistema convencional. Este processo, como é fomentado por organizações próprias, cria condições para os camponeses/as terem mais autonomia em relação à adoção de tecnologias praticadas dentro do sistema de produção. Identificamos que como existe pouca participação do setor público e das empresas na organização política e produtiva, este sistema agrário se estrutura num movimento contra hegemônico.

Nos gráficos que correspondem à autonomia e a relação com os fatores externos, de forma geral é possível se identificar a existência de uma cultura tradicional ainda presente nos sistemas pesquisados. O sistema agrário tradicional é um sistema que mantém características tradicionais principalmente no que se refere à origem dos conhecimentos

utilizados, mas tem demonstrado estar com a autonomia ameaçada em relação aos processos produtivos. Expressa uma crescente dependência dos fatores externos dificultando a recampesinização, pouco presente neste sistema. Identificamos rompimentos com a cultura camponesa tradicional, principalmente no que se refere à independência em relação à aquisição de insumos e sementes, este fator contribuindo para interferir nas decisões em relação aos processos produtivos.

O sistema agrário convencional possui uma menor autonomia em relação aos fatores externos que os demais sistemas, os rompimentos estão mais presentes e identificamos um processo de organização produtiva inserida por mecanismos externos. Esta pouca autonomia faz com que este sistema atue a partir de uma racionalidade mercantilizada, não tendo em seu horizonte a sua reprodução de forma autônoma, mas sim na expectativa de inovações proporcionadas pelo mercado, diferente do sistema agrário agroecológico.

O sistema agrário agroecológico é o sistema que possui maior autonomia em relação aos fatores externos, mantendo presente as características do campesinato tradicional. Este sistema em relação aos fatores externos passa por um processo de recampesinização e reorganização das unidades familiares. Ele demonstra poucos rompimentos em relação à cultura camponesa tradicional, por ter uma autonomia relativa aos mecanismos que definem o seu sistema, como a origem dos conhecimentos, dos insumos e das sementes utilizadas.

5.3. Organização dos processos produtivos

A organização dos processos produtivos sempre esteve muito próximo ou até dependente dos ecossistemas. As técnicas de produção tradicionais, eram desenvolvidas de forma que, a partir das condições dadas, se conseguia praticar agricultura para satisfazer as necessidades dos camponeses/as tradicionais. Estas técnicas se desenvolviam através da observação e do uso da natureza com uma racionalidade que permitia efetuar agricultura sem comprometer o ecossistema nos ambientes mais adversos.

Os grupos humanos, a partir das relações sociais, estabeleceram ao longo do convívio social a organização dos processos produtivos, lhes

permitindo desenvolver agricultura nos mais diversos ambientes. A partir dessas relações, estes grupos humanos, reproduziam sua cultura, lhes possibilitando construir relações que iam para além do convívio familiar. Estas relações lhes davam condições de cultivar o seu modo de vida e sua reprodução com horizonte indefinido das gerações presentes e futuras, um projeto para o futuro. Buscando através da geração atual transmitir à geração seguinte o acúmulo obtido das gerações passadas, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência. Desta forma, a estratégia da família em relação à constituição e estruturação da unidade familiar, se dava na alocação dos membros familiares no interior da unidade ou em outro local fora dela, mas na mesma perspectiva camponesa. A organização dos processos produtivos através da participação institucional ou não, se dá pela organização de associações informais entre parentes e vizinhos, orientadas por um objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY 1996).

Este processo que passou por transformações a partir da modernização e mercantilização da agricultura levou os camponeses/as tradicionais, a mesclarem técnicas desenvolvidas pelos grupos humanos e sua organização com outras disponíveis em ambientes externos através do capital agroindustrial. Estes camponeses/as a partir de uma racionalidade que comporta a penosidade do trabalho, a relação com o ecossistema e a influência das comunidades e do mercado externo, decidem sobre o uso ou não de técnicas mercantilizadas. Percebemos nestes camponeses/as a existência de muitas técnicas identificadas como tradicionais, encontram-se: uso da tração animal, consórcio animal e lavoura, raças mais rústicas e outros. A satisfação com os resultados obtidos está associada ao horizonte que os camponeses/as projetam para si. É possível identificar diferentes interpretações sobre a satisfação, tanto no tamanho de suas áreas como em relação às questões ambientais, sociais e econômicas. Demonstramos nos próximos gráficos os resultados obtidos sobre a organização dos processos produtivos e suas relações com os sistemas de produção.

Gráfico 8 – Satisfação com o tamanho da área de cada unidade familiar.

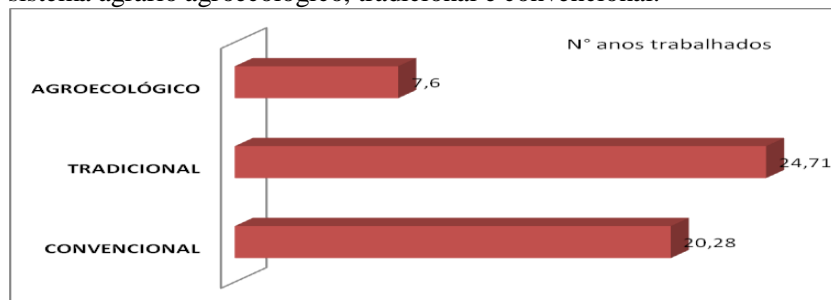


Fonte: Dados de campo (2012)

Percebemos neste gráfico que o sistema agrário convencional é o que possui, em média as maiores áreas, seguido dos camponeses que compõem o sistema tradicional e por último com menores áreas o sistema agroecológico. Quando nos referimos a satisfação com o tamanho da área de cada unidade familiar, ela se apresenta de forma contrária, existindo maior grau de satisfação no sistema agroecológico, mesmo com áreas menores. O Sistema agrário tradicional vem em seguida, ficando num espaço intermediário aos demais sistemas e o sistema agrário convencional é o que se mostra menos satisfeito. Aqui cabe uma pergunta, se o sistema agrário convencional possui áreas maiores na média, por que se demonstra mais insatisfeito?

Percebemos que o sistema agrário convencional exige um aumento no tamanho da área para gerar satisfação familiar, este aumento do tamanho da área está associado a não satisfação econômica, sendo este o sistema que avalia de forma negativa os resultados econômicos demonstrados no gráfico 10. Se os resultados econômicos são avaliados negativamente, os camponeses atribuem que com áreas maiores este problema poderia ser resolvido, tendo dificuldade de compreender que o problema está nos altos custos e não no tamanho da área. Os demais sistemas avaliaram de forma mais positiva os resultados econômicos mesmo com as áreas menores.

Gráfico 9 – Período em anos que a unidade familiar pratica agricultura no sistema agrário agroecológico, tradicional e convencional.



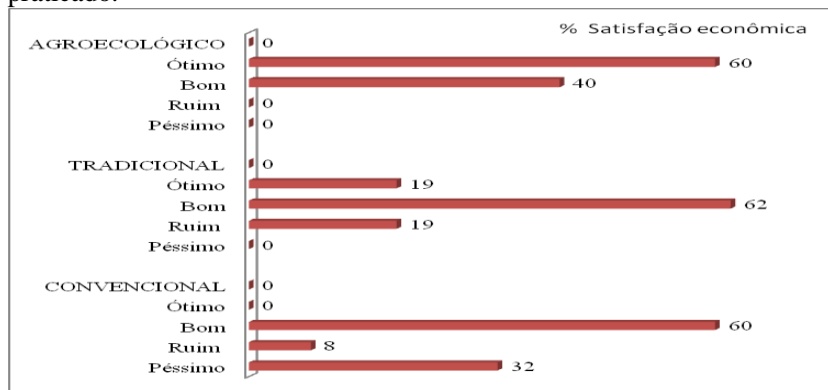
Fonte: Dados de campo (2012).

O gráfico 9, mostra que o sistema agrário tradicional está a mais tempo praticando agricultura através deste modo de produzir. Os camponeses pertencentes a este sistema demonstram não ter praticado agricultura a partir dos sistemas agroecológico e convencional, mas se mantendo a partir da agricultura tradicional praticada. Este sistema é o segundo maior sistema quanto ao número de unidades familiares que o compõe, e está reduzindo o número de unidades familiares por motivos principais como: envelhecimento dos camponeses/as que estão inseridos e pela pressão sócio produtiva imposta pelo processo de mercantilização da agricultura.

Já o sistema agrário convencional se apresenta em segundo lugar em anos trabalhados, se o sistema que se desenvolveu a partir do tradicional é o sistema que agrega o maior número de camponeses estando ainda em processo de expansão.

O sistema agrário agroecológico é o mais recente de todos. Os camponeses que fazem parte deste sistema migraram, em parte do sistema tradicional, mas na sua grande maioria do sistema agrário convencional. Este sistema agrega o menor número de unidades familiares, mas sendo um sistema que se encontra em expansão.

Gráfico 10 – Satisfação com os resultados econômicos no sistema agrário praticado.



Fonte: Dados de campo (2012).

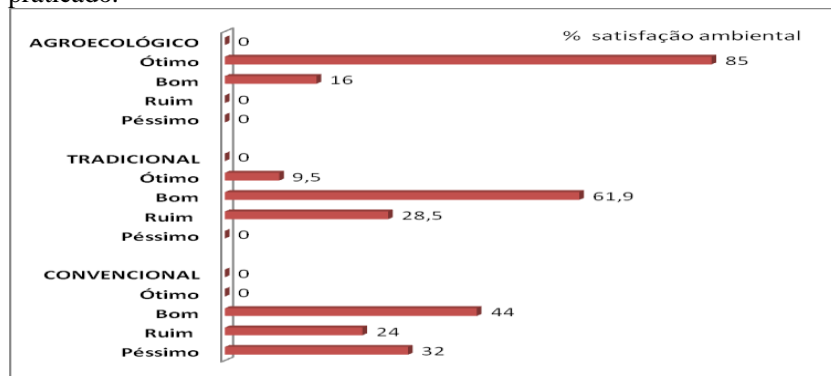
O gráfico 10, busca demonstrar o grau de satisfação dos camponeses/as em relação aos resultados econômicos obtidos a partir do sistema adotado. A satisfação, estando diretamente relacionada com os processos produtivos, demonstra as diferentes visões sobre os resultados obtidos. O sistema agrário tradicional como na maioria dos gráficos, está numa condição intermediária em relação aos demais sistemas, aqui aparece com 81% de satisfação entre bom e ótimo. Podemos avaliar como sendo positivo do ponto de vista econômico, para os camponeses/as produzirem neste sistema.

O sistema agrário convencional é o sistema que se apresenta com a maior insatisfação, na qual apenas 60% dos camponeses/as avaliam como bom. O que chama atenção é que 32% avalia como péssimo, este fator sendo relevante, pois se é péssimo para esta parcela de camponeses/as, por que estes não mudam de sistema? Provavelmente por desconhecimento de como produzir a partir em sistemas de produção agroecológico. Este descontentamento pode estar associado à emigração dos filhos/os, como já demonstrado no gráfico 4.

O sistema agrário agroecológico é o sistema onde 100% dos entrevistados avaliam como positivo o que demonstra que este sistema é eficiente no ponto de vista econômico, refletindo na menor emigração dos

filhos/as. Esta satisfação também pode estar associada à presença da biodiversidade, influenciando diretamente em menores custos de produção e menor risco em relação os processos produtivos.

Gráfico 11 - Satisfação com os resultados ambientais no sistema agrário praticado.



Fonte: Dados de campo (2012).

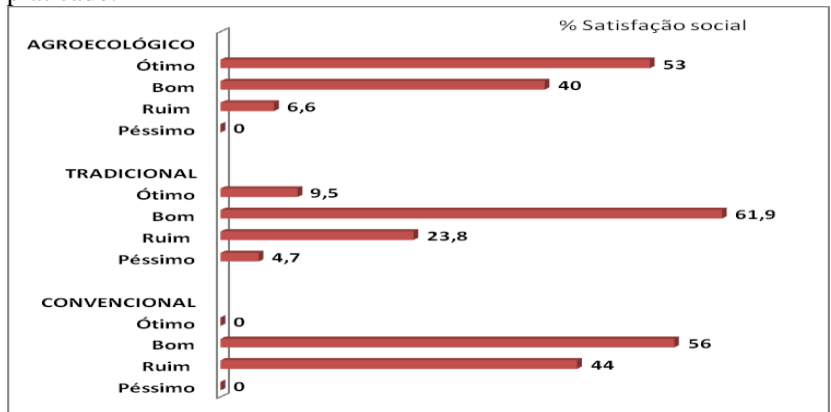
O gráfico 10 demonstra existir uma diferença relevante entre os sistemas agrários em relação à satisfação ambiental a partir das práticas de produção. Esta relação está vinculada diretamente às transformações proporcionadas pelos grupos humanos, a partir do sistema agrário adotado.

O sistema agrário tradicional se apresentou com 72% de avaliação positiva em relação às questões ambientais, este processo está vinculado à práticas produtivas de baixo impacto ambiental. Já o sistema agrário convencional se diferencia tendo a maior porcentagem negativa. A maioria dos camponeses/as que fazem parte deste sistema 56% possui a racionalidade dos impactos gerados pelo sistema adotado. Estes impactos se refletem na dificuldade de projetar um horizonte de reprodução camponesa.

O sistema agrário agroecológico é o que se apresenta com avaliação positiva superior aos demais, ficando com 100% de bom e ótimo. Esta avaliação está associada às tecnologias de baixo impacto adotadas por este sistema, as quais lhes permitem regenerar o ambiente, reduzir os custos de produção e consequentemente agregando valor a aos

produtos, dando condições de proporcionar um horizonte de reprodução demonstrado no gráfico 4, com menor índice de emigração para este sistema agrário.

Gráfico 12 – Satisfação com os resultados sociais no sistema agrário praticado.



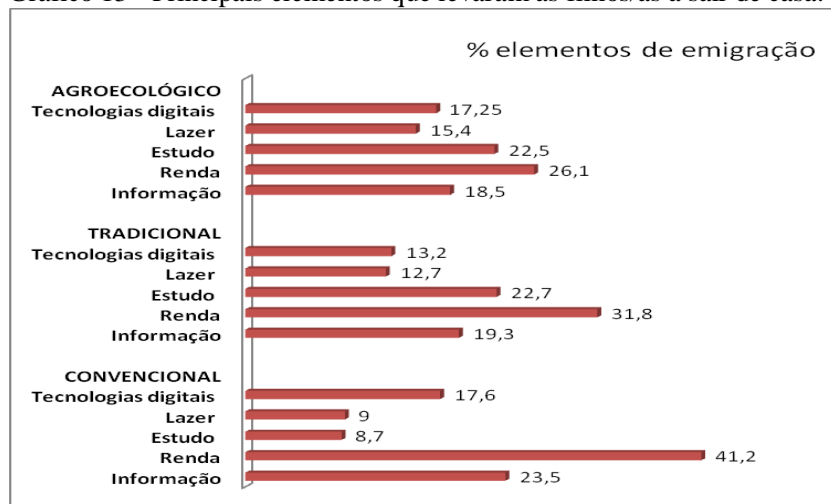
Fonte: Dados de campo (2012).

O gráfico 12 demonstra o grau de satisfação dos três sistemas agrários em relação ao tema social. O sistema agrário tradicional neste gráfico também se mantém como intermediário entre os demais sistemas, ficando com 71,4% de avaliação positiva. Este sistema ainda mantém uma forte relação comunitária e entre vizinhos, lhes dando condição de avaliar positivamente estas relações. O sistema agrário convencional é o que faz a pior avaliação, ficando com 56% de avaliação positiva. Este fator se deve pelo individualismo gerado pelo acúmulo de trabalho e pelo distanciamento das relações comunitárias antes estabelecidas, este distanciamento também é gerado por uma disputa de resultados e de aquisições de bens entre os próprios camponeses/as, fomentados pelo processo de mercantilização através de representantes de empresas.

O sistema agrário agroecológico fica com 93% de avaliação positiva. Este sistema possui uma maior relação comunitária e institucional, demonstradas no gráfico 15, o que permite que o sistema desempenhe suas relações sociais de forma mais intensa com trocas de

conhecimentos e construção de saberes coletivos para dar respostas aos processos produtivos.

Gráfico 13 - Principais elementos que levaram as filhos/as a sair de casa.

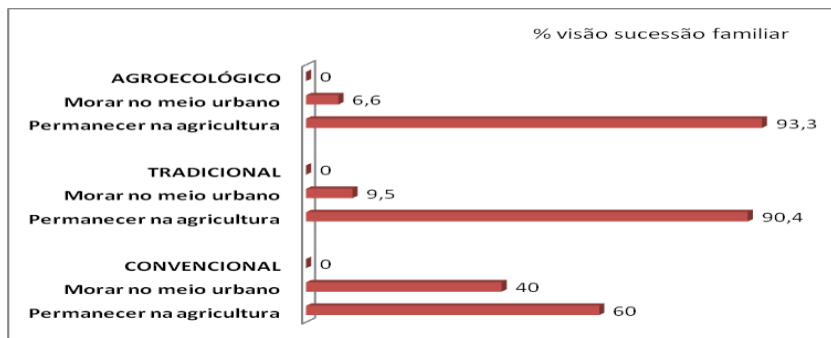


Fonte: Dados de campo (2012).

O gráfico 13 mostra a visão dos pais sobre os motivos que levaram os filhos a sair da unidade familiar. O dado mais relevante é a relação de equilíbrio que existe entre os elementos pesquisados dentro de cada sistema agrário. Percebemos que no sistema tradicional entre o elemento menos indicado e o mais indicado, não há um diferencial elevado. Já no sistema convencional essa distância entre o lazer e a renda fica bastante acentuada. O sistema agroecológico neste aspecto é o sistema que está mais equilibrado.

Todos os sistemas agrários destacaram o fator renda como sendo a principal causa de emigração. O sistema tradicional e agroecológico indicam o estudo como segunda opção, diferente do convencional que destaca a informação.

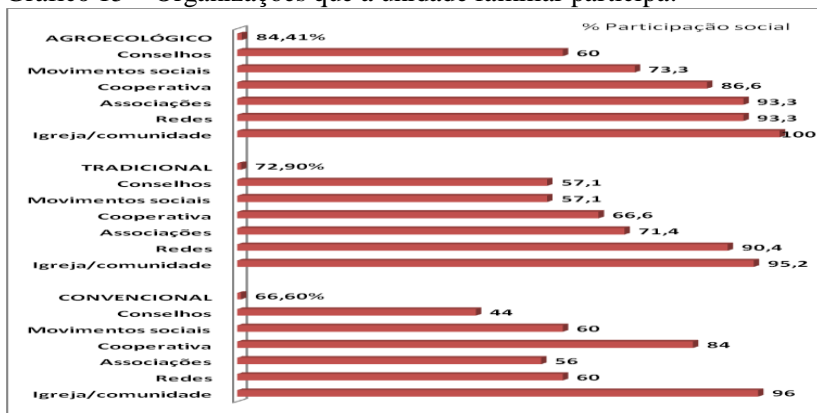
Gráfico 14 – Percepção sobre o futuro dos filhos.



Fonte: Dados de campo (2012).

No gráfico 14 assim como nos demais, há um processo decrescente entre os sistemas agrários, mostrando que no tradicional e agroecológico, a visão de permanência dos filhos/as no meio rural é mais relevante. Isso demonstra estar contemplada uma visão de reprodução camponesa nestes dois sistemas. O sistema agrário convencional possui a menor avaliação em relação ao futuro dos filhos/as permanecerem no meio rural. Este reforça o fator que o processo de mecanização da agricultura dispensa mão de obra, diferente dos demais sistemas que exige mais mão de obra. Como no sistema convencional, há um vínculo menor com os processos ecossistêmicos e com as dinâmicas culturais e organizativas locais, compreendemos que isso transforma a visão de grande número dos pais de que apesar da origem camponesa, não colocam como horizonte de reprodução familiar a continuidade dos filhos como camponeses.

Gráfico 15 – Organizações que a unidade familiar participa.

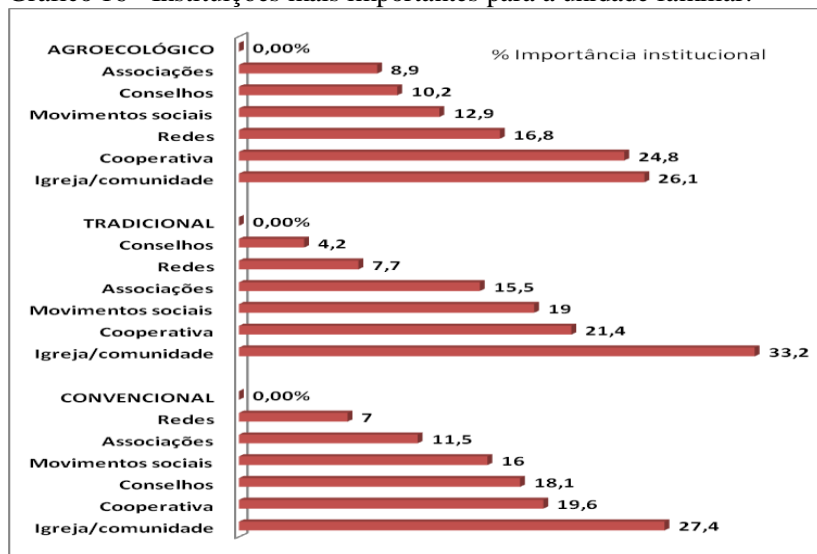


Fonte: Dados de campo 2012.

O gráfico 15 demonstra o grau de participação institucional. Percebemos que o nível de participação dos camponeses/as nos diferentes espaços sociais está presente em todos os sistemas agrários pesquisados. Identificamos que a igreja/comunidade ainda é o espaço de maior valorização pelos camponeses/as que fazem parte dos três sistemas agrários.

Na soma da média de participação, percebemos que o sistema agrário tradicional é o segundo sistema em nível de participação. O sistema agrário convencional é o sistema que apresenta o menor índice de participação e o sistema agrário agroecológico é o que possui uma vida comunitária/institucional mais intensa que os demais sistemas, ou seja, um nível de participação mais elevado. Este fato se deve pela necessidade que o sistema exige, tanto no processo de organização produtiva, através de instrumentos de produção, como cooperativas ou da organização política/comunitária, como ambiente de socialização, trocas de informações e construções de saberes.

Gráfico 16 - Instituições mais importantes para a unidade familiar.



Fonte: Dados de campo 2012.

Identificamos no gráfico 16 que não existe uma diferença expressiva entre os diferentes sistemas agrários quanto à importância mais ou menos de algum tipo de instituição. O que mais chama a atenção é que em primeiro lugar a igreja/comunidade novamente aparece como sendo a instituição de maior importância e em segundo lugar as cooperativas para todos os sistemas agrários. Entendemos que a religiosidade e a organização comunitária é um componente cultural bastante presente no campesinato, pois este é um espaço social que permite aos camponeses/as se encontrar e estabelecer relações de troca de informações no ambiente comunitário. Quando nos referimos a cooperativas, percebemos que ela se encontra em segundo lugar em grau de importância, nos permite ter uma leitura de que existe uma compreensão cooperativista pelos camponeses/as de todos os sistemas, sendo este ainda um espaço de valorização do camponês/a como essencial em sua vida para organização dos processos produtivos para além da unidade familiar.

Identificamos através dos dados demonstrados neste capítulo que o sistema agrário tradicional na região é um sistema que teve poucos rompimentos na organização dos processos produtivos. Ele não está se recampesinando, mas também mantém suas características bastante próximas ao campesinato tradicional. A vida comunitária e a participação institucional deste sistema é significativa, lhes proporcionando relações sociais ainda bastante intensas. Este sistema mantém presente em suas características um horizonte de reprodução camponesa. Também identificamos neste sistema que ainda existe uma presença significativa da agrobiodiversidade, mas com a presença de rupturas se comparado com a quantidade da diversidade encontrada no sistema agroecológico. Neste aspecto possui uma dependência significativa dos meios externos na aquisição de sementes para efetuar plantios. Este sistema possui autonomia em relação à organização dos processos produtivos a partir da influência comunitária e dos conhecimentos tradicionais, sendo pouco influenciado pelos meios externos.

O sistema agrário convencional é um sistema que na organização dos processos produtivos demonstrou romper com muitas características dos sistemas agrários tradicionais. Podemos citar aqui uma diminuição na participação comunitária e institucional, a baixa satisfação com os resultados econômicos, ambientais e sociais e uma visão de reprodução camponesa em grande parte voltada para ambientes fora do meio rural. Esta reorganização dos processos produtivos contribui para uma diminuição da presença camponesa nos ambientes tradicionais estando mais presente a reprodução de uma visão da agricultura empresarial. Possuem pouca presença da agrobiodiversidade, sendo altamente dependentes de insumos externos para efetuar seus plantios. Neste aspecto identificamos uma forte erosão genética aumentando de forma significativa a dependência externa com perda de autonomia. A organização dos processos produtivos é definida externamente por agentes que representam o capital agroindustrial que agem de acordo com as demandas de mercado. Este fator contribui para a perda da autonomia e coloca o camponês numa condição de vulnerabilidade em relação a sua reprodução.

O sistema agrário agroecológico é um sistema que na organização dos processos produtivos mantém as características da

agricultura tradicional ao mesmo tempo, que este sistema sofreu rupturas no que se refere à organização social, sendo que se reorganizou a partir da exigência do sistema agrário para um processo de recampesinização. Esta reorganização se dá pela necessidade de trocas e construção de conhecimentos coletivos para dar respostas à organização da produção e comercialização coletiva a partir da estruturação de instrumentos como cooperativas, redes, grupos informais e participação de movimentos sociais. Sua relação com a agrobiodiversidade é bastante significativa, pois identificamos uma presença elevada de diversidade presente proporcionando uma autonomia relativa entre a produção e a comercialização deste sistema. Neste sistema a relação com os fatores externos tem se mostrado menor que os demais sistemas. Conseguem ter autonomia em relação às tomadas de decisões e planejamento produtivo por terem influência em suas tomadas de decisões construídas por suas próprias organizações. Este sistema busca aproveitar ao máximo os recursos disponíveis na unidade familiar disponibilizados pela natureza como estratégia para aumentar sua autonomia.

CONCLUSÕES

Neste estudo nos propomos a analisar os diferentes potenciais da reprodução camponesa para os três sistemas agrários diante do cenário de modernização e mercantilização da agricultura.

Percebemos diferentes níveis de campesinidade presente nos camponeses/as que estão inseridos nos sistemas agrários tradicional, convencional e agroecológico. Nestes três sistemas analisados, quando comparados os resultados, identificamos que os camponeses/as que praticam agricultura no sistema agroecológico possuem maiores estratégias de reprodução camponesa que os demais. Os agroecológicos demonstram possuir um nível mais elevado de autonomia frente ao processo de modernização e mercantilização da agricultura. Há uma menor presença na emigração dos filhos/as das unidades familiares em relação aos demais sistemas agrários. Este resultado advém do que a unidade familiar compartilha em relação ao nível de satisfação dos resultados em relação às questões ambiental, social e econômica. Percebemos que a grande estratégia adotada para sua reprodução, está diretamente associada ao sistema de produção praticado, este com princípios produtivos que dão conta de retroalimentar os processos de coprodução, a partir da diversidade existente no ecossistema. Identificamos também a maior presença de biodiversidade vegetal e animal no sistema agrário agroecológico, este visando obter maior autonomia diante dos mercados.

Se compararmos as unidades familiares pertencentes aos três sistemas agrários pesquisados, em seus diferentes estágios de modernização e mercantilização, a partir de tecnologias convencionais externas, percebemos que este processo está mais presente no sistema agrário convencional, tradicional e por último no agroecológico. O sistema agrário convencional demonstrou estar altamente dependente dos mercados, com pouco horizonte de reprodução camponesa, tendendo a se tornar uma empresa de produção rural. Esta dependência nos remete a uma reflexão sobre o futuro deste sistema, sabendo que na região é o

sistema agrário predominante. Elementos de recampesinização, (PLOEG, 2006), não se evidenciam neste sistema agrário, pois suas principais relações são com o mercado externo. A menor presença de biodiversidade, menor participação nos espaços sociais, a interferência da ATER de empresas, são os principais elementos da não recampesinização. Quando comparados os sistemas agrários, a pesquisa mostra que o sistema tradicional está numa situação intermediária, mas ainda portador de características de uma cultura camponesa clássica.

Percebemos que o sistema assim se apresenta, por ser uma estratégia de resistir ao processo de modernização e mercantilização, uma não aceitação da modernização. Os camponeses/as que praticam o sistema tradicional aderem às tecnologias de mercado, avaliadas como necessárias para efetuar seus manejos produtivos, mas de forma mais voluntária diante de uma necessidade, como o uso de agrotóxicos por falta de mão de obra, diferente dos camponeses/as do sistema convencional que são impelidos pelos fatores externos a aderir às mudanças. O processo de recampesinização neste sistema é pouco presente. Isso se deve ao fato de que ele sofreu poucas rupturas.

É possível identificar a recampesinização no sistema agroecológico através do agrobiodiversidade quando demonstra ter uma elevada diversidade em relação aos demais sistemas, sendo que a maior parte desta diversidade é para o sustento da unidade familiar. Outro fator que evidencia a recampesinização é a satisfação ambiental obtida a partir das práticas de produção, o que leva a satisfação de outros aspectos perante os demais.

Ao abordar a presença da recampesinização a partir da autonomia em relação aos fatores externos, um dado que chamou a atenção foi a menor taxa emigração dos filhos/as e os pais possuindo uma visão de futuro em relação aos filhos/as, com importância em permanecer no meio rural. Identificamos uma racionalidade do uso dos meios técnicos de uma forma que lhes possibilitem uma maior independência frente aos mercados, demonstra através da diversidade das sementes cultivadas na unidade familiar. Esta independência também é identificada através do uso de insumos, estes em grande parte sendo próprios.

Em relação à organização dos processos produtivos, podemos identificar a recampesinização quando analisada sobre a satisfação dos

resultados econômicos, as quais são avaliadas com maior grau de satisfação, mesmo nas unidades com menores áreas de terra. Ao observar a satisfação que este sistema possui em relação aos resultados sociais, avaliam estas relações como positivas, estando satisfeitos com os resultados sociais, expressados no nível elevado de participação nas organizações sociais observados neste sistema.

Este trabalho buscou ainda, identificar possíveis ações e estratégias que contribuam na permanência dos camponeses/as no campo. Identificamos a presença da ação privada, demonstrados no gráfico 6 que discute a origem dos conhecimentos utilizados. Através do fomento feito pelo mercado de insumos agrícolas e pela ATER pública, contribui para a convencionalização da agricultura, por ser um negócio lucrativo para o capital privado pautando o setor público para dar respostas neste sentido. Isto gera um grau de dependência dos sistemas de produção, o que se demonstrou estar firmado, de maneira profunda, nas unidades familiares do sistema agrário convencional. A adoção do sistema convencional praticado é em grande parte derivado da presença da ATER mediadas por empresas, assim como da ATER pública, fenômeno que está se mostrando bastante responsável pela transição do sistema agrário tradicional para o convencional, nas décadas recentes.

Percebemos poucas ações de recampesinização praticadas pela estrutura pública, principalmente no que se refere à políticas estruturantes. Identificamos tímidas ações realizadas por organizações sociais e produtivas dos camponeses/as para fomentar a adesão dos mesmos no sistema agrário agroecológico. Para que estas ações sejam mais fortes na afirmação camponesa, se faz necessário superar a “mesmice” no comportamento da maior parte das organizações e movimentos sociais e sindicais que induzem a reproduzir o discurso dominante sobre o camponês. Identificamos, em suas ações e discursos, uma visão de camponês como aquele que tende ao individualismo e ao processo de não cooperação. Esta visão leva cada vez mais o camponês a se reportar individualmente aos mercados para decidir sobre os rumos de sua unidade familiar.

Identificamos que o sistema agrário agroecológico é o que possui a maior presença da cultura camponesa tradicional. Este tem se mostrado a partir de uma maior autonomia perante os fatores determinantes da

estruturação da unidade familiar e com suas relações externas. Mas em contradição a isso observamos poucas ações que se reportam ao fortalecimento deste sistema através de políticas públicas, ao contrário do sistema convencional que possui apoio tanto do setor público como do capital privado. Estes apoios se dão através de programas que subsidiam serviços prestados.

Podemos identificar através da pesquisa que a produção agroecológica e a cooperação horizontal proporciona maior autonomia, com apropriação camponesa da riqueza produzida no campo, sendo uma importante estratégia utilizada na região para contribuir na reprodução camponesa. Apontamos que seria importante o setor público e as organizações sociais adotarem programas de recampesinização buscando reafirmação da agricultura camponesa. Neste processo de recampesinização propomos aqui que sejam organizados e criados instrumentos com realização de ações que possibilitem a afirmação camponesa para dar resposta política e produtiva aos camponeses/as como: programas de pesquisa para desenvolvimento de tecnologia de forma continuada na regeneração dos sistemas de produção; organização de cooperativas de produção articuladas em rede, estruturação de ambientes de comercialização coletiva, estruturação de bancos de sementes comunitários, ATER continuada, crédito subsidiado para a conversão de sistemas, educação do campo para construir conhecimentos referentes à agricultura. Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar o debate acerca da temática proposta, mas apenas trazer presente uma reflexão sobre a mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo, Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, São Paulo: 2º Edição, Ed. Unicamp, 1992.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: As bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1998.

BRYNE, Paul de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

CENSO POPULACIONAL 2000. **Santa Catarina**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio, **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis**, www.agroeco.org/.../, 2004.

CARVALHO, de Martins Horacio, **O CAMPONÊS, GUARDIÃO DA AGROBIODIVERSIDADE**, Curitiba, 2013.

CERVEIRA, R. **Agroecologia & Desenvolvimento: Estudo de caso do Grupo Curupira, Jaboti-PR**. São Paulo, 2002.

FONSECA da Lousa Tereza Maria – **A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo Para o Capital**. Ed Loyola – Coleção Educação popular nº3, 1985.

FRIGOTTO, Gaundêncio. (Org.) **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: vozes, 1988.

GOODMANN, David, *et al*, – SORJ, Bernardo; WILKINSON John - **DA LAVOURA ÀS BIOTECNOLOGIAS, Agricultura e Indústria no Sistema Internacional**, Copyright © 2008.

KOKUSZKA Rosana, **Avaliação do teor nutricional de feijão e milho cultivados em sistemas de produção convencional e agroecológico na**

região Centro-Sul do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2005.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar.** Campinas, SP; ed. Unicamp, 1993. Volume I.

Marx, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008. 25ª Edição. Tradução de Reginaldo Sant'Ana.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo:** do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In.: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982. p. 191-223.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MORIN, Edgar. **O método.** Porto Alegre: Sulina, 1998.

MÜLLER, Jovânia Maria. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições** (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC). Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PAIM, Elison Antonio. Experiência VIII: os povos indígenas. **Ensino de História Através de Temáticas,** ARGOS: CHAPECO-SC, v. 1, p. 40-49, 2001.

PETERSEN, Paulo, (org.), PLOEG, Jan Douwe van der, **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**, Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

PLOEG, Jan Douwe Van der. “O modo de produção camponês revisitado”. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

POLI, Odilon, **Cultura e modo camponês no Oeste Catarinense: as bases para organização e reação frente à crise dos anos 70**. Cadernos do CEOM. n° 15, Chapecó: Argos, 2002.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

ROVER, Oscar José, **Caracterização das transformações dos agroecossistemas da Região Oeste de Santa Catarina**. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio, organizador; **A Diversidade da Agricultura Familiar**, PLOEG, Jan Douwe Van; **O Modo de Produção Camponês revisitado**; Ed. UFRGS, 2006.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. 2ª edição. Tradução de Luiz F. Cardoso.

VIEIRA, Gilmar Zolet, **AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DO BRASIL**, Realidade, Perspectivas e Possibilidades:Um Enfoque a partir dos Movimentos Sociais do Campo, pelo viés da Agroecologia, Passo Fundo/RS, Abril de 2006.

WANDERLEY B.N de Maria. **Raízes do Históricas do Campesinato Brasileiro**, XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. outubro de 1996.

WANDERLEY B.N de Maria. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

- **Relação da família com o lugar:**

1. Desde quando a família mora ali?
2. O que levou a família a estar estabelecida neste ambiente ou na comunidade?
3. De que forma a área de terra foi adquirida?
() comprada () herdada
4. Sempre trabalharam como agricultores camponeses?
() sim () não
5. Por quantos filhos e filhas a família é composta?
() filhas () filhos
6. Quantos permanecem residindo no meio rural?
() filhas () filhos
7. Quais os principais fatores que levaram as filhas a sair de casa?
() renda () estudo () casamento () saúde () lazer () outros
8. Quais os principais fatores que levaram os filhos a sair de casa?
() renda () estudo () casamento () saúde () lazer () outros
9. Indique duas necessidades importantes para que os filhos/as permanecessem no meio rural?
() informação () renda () estudo () lazer () tecnologias digitais () outros
10. Na visão dos pais o que os filhos devem fazer em relação ao futuro?
() permanecer na agricultura () morar no meio urbano

- **Relação da família com a educação formal e informal:**

1. É importante estudar para permanecer no meio rural (percepção da educação)?
() sim () não () talvez
2. A educação que receberam ou recebem é adequada ao meio rural?

() sim () não

• **Estrutura de produção:**

1. O tamanho da área é suficiente para a família gerar bem estar “bem viver”?
() sim () não
2. Qual a quantidade de espécies, variedades e raças são cultivadas de forma geral (diversidade agropecuária)?
() animal () vegetal
3. Qual a porcentagem da diversidade cultivada é própria e adquirida fora da unidade produtiva?
() % própria () % adquirida
4. Qual a porcentagem dos insumos utilizados na produção agrícola que são adquiridos no mercado e oriundos da unidade produtiva?
() % adquiridos no mercado () % unidade produtiva
5. Qual a porcentagem da diversidade cultivada na unidade produtiva é para venda ao mercado como matéria prima, venda direta a outros trabalhadores/as e para sustento familiar?
() % sustento familiar () % venda ao mercado () % outros trabalhadores
6. A quanto tempo pratica agricultura com sistema produtivo ecológico, tradicional e convencional?
() ecológico () tradicional () convencional
7. Qual a avaliação que a família faz referente a satisfação dos resultados econômicos, ambientais e sociais neste modelo de produção praticado pela família?
Econômico: () péssimo () ruim () bom () ótimo
Ambiental: () péssimo () ruim () bom () ótimo
Social: () péssimo () ruim () bom () ótimo

• **Origem dos conhecimentos utilizados:**

1. O calendário agrícola é usado a partir de que conhecimento;

- () tradicional () ATER de empresas () ATER pública
 () vizinhos
 () organizações próprias dos agricultores camponeses;
2. Em que medida é usada à prática de saberes tradicionais referentes as fases da lua para manejos agrícolas e pecuários?
 () nada () muito pouco () pouco () frequentemente () quase sempre () sempre
3. Em que medida é usada à prática de saberes tradicionais referentes aos dias santos para plantar, colher e efetuar manejos de insetos e doenças nas plantações e criações?
 () nada () muito pouco () pouco () frequentemente () quase sempre () sempre;
4. Em que medida é usada à prática de saberes tradicionais referentes a técnicas para manutenção de sementes e mudas e para seleção de animais?
 () nada () muito pouco () pouco () frequentemente () quase sempre () sempre;
5. Em que medida é usada à prática de saberes tradicionais referentes a técnicas no uso de plantas nativas, alimentação humana e animal, uso de plantas para fins medicinais de saúde humana?
 () nada () muito pouco () pouco () frequentemente () quase sempre () sempre;
6. Qual a origem destes conhecimentos?
 () tradição familiar () ATER pública e privada () vizinhos () experimentação própria () Organizações próprias dos agricultores camponeses () outros _____

• **ATER e comercialização:**

1. Quem faz ATER hoje?
 () estrutura pública () empresas () organizações populares () própria
2. Como se deu os primeiros contatos com o processo de modernização?

- estrutura pública empresas organizações populares
 outros
3. Quem mais fomentou este sistema de produção que a família está praticando?
4. estrutura pública empresas organizações populares
 outros
5. Em ordem de prioridade quais as mudanças mais profundas que ocorreram no processo de produção na vida familiar e comunitária com a modernização da agricultura?
6. êxodo rural poluição conflitos sociais enfraquecimento comunitário dependência tecnológica menos renda mais renda outros _____

• **Relações sociais e comunitárias:**

1. De quantas organizações família faz parte (igreja, cooperativa, conselhos, movimentos sociais, redes, associações, outras)?
2. Qual a mais importante para a família?
 igreja cooperativa conselhos movimentos sociais redes associações outras _____